



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

FERNANDA SANTOS SANTIAGO

**Os Efeitos Sociais dos Projetos de Mitigação Socioambiental em Fazenda Pindobal -
Alagoinhas / Bahia: uma perspectiva etnográfica**

SALVADOR - BAHIA

2022

FERNANDA SANTOS SANTIAGO

**OS EFEITOS SOCIAIS DOS PROJETOS DE MITIGAÇÃO EM FAZENDA
PINDOBAL - ALAGOINHAS / BAHIA: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller
Coorientador: Paride Bollettin

SALVADOR - BAHIA

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S235 Santiago, Fernanda Santos
Os efeitos sociais dos projetos de mitigação em fazenda Pindobal - Alagoinhas / Bahia: uma perspectiva etnográfica / Fernanda Santos Santiago, 2022.
94 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cíntia Beatriz Müller
Coorientador: Prof. Dr. Paride Bollettin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Antropologia. 2. Desenvolvimento social. 3. Etnologia. I. Müller, Cíntia Beatriz. II. Bollettin, Paride. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 301



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA), realizada em 13/01/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ANTROPOLOGIA no. 1, área de concentração Antropologia, do(a) candidato(a) FERNANDA SANTOS SANTIAGO, de matrícula 2021111524, intitulada Os efeitos sociais dos projetos de mitigação socioambiental na Fazenda Pindobal-Alagoinhas/BA: Uma perspectiva etnográfica.. Às 14:00 do citado dia, "por videoconferência", foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. CINTIA BEATRIZ MULLER que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. PARIDE BOLLETTIN, Prof. Dr. FLAVIO LUIS ASSIZ DOS SANTOS e Profª. Dra. Cynthia Carvalho Martins. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Cintia Beatriz Müller
Dr. PARIDE BOLLETTIN

Examinador Externo à Instituição

Cintia Beatriz Müller
Dr. FLAVIO LUIS ASSIZ DOS SANTOS

Examinador Externo à Instituição

Cintia Beatriz Müller
Dra. Cynthia Carvalho Martins

Examinadora Externa à Instituição

Cintia Beatriz Müller
Dra. CINTIA BEATRIZ MULLER, UFBA

Presidente

Cintia Beatriz Müller
FERNANDA SANTOS SANTIAGO

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer aos pais pela rede de cuidado e proteção a mim ofertada. Só assim essa pesquisa poderia ter sido realizada.

Aos meus amigos que sempre me impulsionam para cima e para frente sempre, em especial a Jorge Augusto, Ubiraneila Capinan e ao meu marido, Igor Adorno. Foram fundamentais nesse processo de investida no mestrado.

A minha orientadora, Cíntia Beatriz Müller, pessoa admirável, leve e parceira. Descomplicou os processos e lapidou algumas arestas para que conquistasse meu objetivo no programa.

Ao meu coorientador Paride Bolettin pelo cuidado e respeito ao meu trabalho.

Pela amizade, a Ismael Silva, que me acolheu como sua caloura.

À comunidade Fazenda Pindobal em nome de Jonielson Nunes, pela disposição em me acolher, confiança, e pelo compartilhamento de experiências únicas.

Por fim, agradeço à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento através do fornecimento da bolsa por um ano de pesquisa.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Bento, para que ele acredite que pode como eu acreditei. Pureza de menino, luz de minha vida.

RESUMO

Esta etnografia foi produzida a partir de abordagens qualitativas e da observação participante com o objetivo é analisar os efeitos sociais provocados por grandes empreendimentos desenvolvimentistas do ramo petrolífero e do plantio de eucalipto na Fazenda Pindobal, comunidade rural do município de Alagoinhas, estado da Bahia. Com o protagonismo dos moradores, as observações e análises partem de suas perspectivas e os efeitos sociais indicados na pesquisa são resultado de processos etnográficos e realização de entrevistas. Nesse sentido, esta dissertação está organizada em dois capítulos, no primeiro, apresento a Fazenda Pindobal e introduzo informações sobre os projetos de mitigação socioambiental a partir de minhas experiências profissionais no desenvolvimento de condicionantes socioambientais e como pesquisadora participando de ações empreendidas pelos grandes empreendimentos locais. No segundo capítulo, abordo mais detidamente os efeitos sociais a partir das experiências e perspectivas dos moradores da comunidade utilizando de trechos das entrevistas, fotografias e o entrelaçamento de narrativas dos interlocutores à teoria antropológica. Por fim, apresento as considerações indicando que os efeitos sociais provocados pelos grandes empreendimentos desenvolvimentistas em operação na localidade, e suas implicações na vida dos moradores de Fazenda Pindobal, até os dias atuais, podem ser entendidos como não efetivos e a mitigação ocorre de forma discreta e sem maiores resultados positivos na vida dos moradores.

Palavras-Chave: Antropologia e Desenvolvimento, Efeitos Sociais, Grandes empreendimentos.

ABSTRACT

This ethnography was produced based on qualitative approaches and participant observation with the aim of analyzing the social effects caused by large developmental projects in the oil sector and eucalyptus plantations at Pindobal Farm, a rural community in the municipality of Alagoinhas, state of Bahia. With the protagonists of the residents, the observations and analyzes start from their perspectives and the social effects indicated in the research are the result of ethnographic processes and interviews. In this sense, this dissertation is organized in two chapters, in the first, I present the Pindobal Farm and introduce information about the socio-environmental mitigation projects based on my professional experiences in the development of socio-environmental conditions and as a researcher participating in actions undertaken by large local enterprises. In the second chapter, I approach in more detail the social effects from the experiences and perspectives of the residents of the community using excerpts from the interviews, photographs and the interweaving of narratives of the interlocutors to the anthropological theory. Finally, I present the considerations indicating that the social effects caused by the large developmental projects in operation in the locality, and their implications in the lives of the residents of Fazenda Pindobal, until the present day, can be understood as ineffective and the mitigation occurs discreetly. and without major positive results in the lives of residents.

Keywords: Anthropology and Development, Social Effects, Great Enterprises.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Estrada de acesso à Fazenda Pindobal	19
Imagem 2	Mapa de Alagoinhas	20
Imagem 3	Produção na Cozinha comunitária	23
Imagem 4	Casa de Farinha manual	25
Imagem 5	Parte externa da Casa de Farinha Elétrica	25
Imagem 6	Escola Municipal Gonçalo Muniz reconstruída	27
Imagem 7	Espaço de diálogo	28
Imagem 8	<i>Card</i> para São José	30
Imagem 9	Irrigação da horta	31
Imagem 10	Unidade de Bombeio/Cavalo	34
Imagem 11	Dona Zé e suas memórias	36
Imagem 12	Plantio de flores e fruta	37
Imagem 13	Produção de frutas	37
Imagem 14	Conversa com Sr. Zé Pequeno e Sra. Leninha	41
Imagem 15	Produção da Farinha	43
Imagem 16	Raspagem coletiva da mandioca	43
Imagem 17	Horta Mandala	48
Imagem 18	Sede da ADESAP	49
Imagem 19	Reunião para realização de oficina	55
Imagem 20	Raspagem da Mandioca na Casa de farinha	63
Imagem 21	Máquina de torrar farinha	64
Imagem 22	Rio Una como espaço de lazer	67
Imagem 23	Rio Una	68
Imagem 24	Lavagem de Roupa	68
Imagem 25	Antiga Fonte de água	72
Imagem 26	Resquício de uma escavação em busca de água	73
Imagem 27	Área onde funcionava a Igreja e escola que foram demolidas	78
Imagem 28	Nova Igreja reconstruída pelo empreendimento petrolífero	79
Imagem 29	Caminhos percorridos	81
Imagem 30	Dona Margarida na varanda de casa	85

Imagem 31 Dona Francisca

86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Horários dos ônibus	27
Quadro 2	Interlocutores/as e suas respectivas idades	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - FAZENDA PINDOBAL E OS PROJETOS DE MITIGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	18
1.1 Chegando no Campo, peço licença: uma breve descrição da Fazenda Pindobal	18
1.2 Descortinando diálogos	32
1.3 A esperança por uma vida melhor	38
1.4 No chão da realidade: O compasso e o descompasso da mitigação	44
CAPÍTULO 2 - OS EFEITOS SOCIAIS DOS EMPREENDIMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS MORADORES DE FAZENDA PINDOBAL	57
2.1 Costurando novos caminhos no campo	57
2.2 O “Tabuleiro da COPENER”	59
2.3 Demoliu e reconstruiu, mas nem toda pedra que caiu voltou para o lugar	74
2.4 Formas de viver o local	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	87
	91

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como marco inicial da pesquisa as experiências vividas a partir de minhas atuações profissionais como técnica de campo em empresas terceirizadas que executam condicionantes ambientais a partir de projetos de mitigação socioambiental. Com isso, este trabalho parte de provocações que inspiraram perguntas inicialmente sem respostas frente às quais experiências profissionais foram as propulsoras para seguir em busca delas.

Nesta caminhada, os estímulos suscitados pelos moradores da comunidade Fazenda Pindobal, localizada no distrito de Boa União em Alagoinhas no Estado da Bahia, foram fundamentais para despertar o interesse na elaboração de uma etnografia dos processos de mitigação socioambiental e, assim, identificar os efeitos sociais dos empreendimentos locais a partir da perspectiva dos moradores dessa comunidade. Este material foi desenvolvido entre os anos de 2021 e 2022, com apoio da liderança local, o Sr. Jonielson Nunes, presidente da Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Agricultores Familiares e Moradores de Fazenda Pindobal - ADESAP e dos demais moradores.

A concepção de efeitos sociais foi escolhida por entender que melhor se aplica a realidade estudada, para Ana Maria Daou (2010): “A perspectiva valorizada por Sigaud pretendeu entender os efeitos da intervenção em abandono a concepção de que a implantação das barragens promovia impactos relativamente previsíveis e por tempo determinado, comprovável acomodação e reajuste da vida social.” (DAOU, 2010, p.186). Com isso, considerando que nem todos os “impactos” foram previstos e que não houve essa acomodação da vida social.

Nesse sentido, Deborah Bronz (2019) descreveu algumas observações sobre sua experiência em meio às diversas práticas profissionais do antropólogo no processo de licenciamento ambiental em que esteve trabalhando. Para ela: “Considerando o meu lugar de “entrada” e a centralidade da ação empresarial no licenciamento, foi por meio das práticas empresariais que pude compreender não apenas o porquê, mas como a balança pende a favor dos empreendimentos”. (BRONZ, 2019, p. 16)

Por esse motivo, pelo (des)ajuste da “balança”, o foco da pesquisa foi a perspectiva dos moradores, dos afetados e não dos empreendimentos. Se cada instância no processo do licenciamento tinha suas perspectivas contempladas via relatórios¹, aceitas e com espaço de

¹ Os relatórios são documentos técnicos produzidos através do profissional responsável pela produção da atividade de campo (oficinas, reuniões...). O relatório compõe uma das evidências (junto a fotos e lista de presença) de que a atividade planejada foi executada. Mas ele ficou/fica restrito entre empresa executora, empreendimento e o INEMA, a comunidade não participava de sua construção e muito menos validá-lo como forma de confirmar se, de fato, o que foi descrito realmente aconteceu.

relevância, a voz dos meus interlocutores foi considerada como fonte principal de dados – eles foram levados a sério nesta Dissertação.

Para encontrar a fala dos interlocutores, foram realizados os caminhos metodológicos divididos em momentos que defino como: (I) o momento de ver e ouvir; e o (II) ler, analisar e escrever – não como algo de forma estanque porque os sentidos sempre estiveram a postos durante todo o processo. Essa divisão se inspira na proposta de Oliveira, que propõe as “três etapas de apreensão dos fenômenos sociais” (1996, p. 15) – a saber: Olhar, Ouvir e Escrever.

O Ver e Ouvir se deu a partir das experiências no “campo” com a realização de entrevistas presenciais e as remotas, possibilitadas via *Google Meet* enquanto ferramenta de videochamada devido ao estado de pandemia provocado pela Covid-19. Esta experiência utilizando ferramentas digitais foi realizada de 25 de março a 01 de julho de 2021. No segundo momento, as ações de Ler, Analisar e Escrever, pelas quais foram realizados os processos de leitura do referencial teórico, sistematização das ideias, análise das entrevistas junto à teoria e escrita a partir dos achados na pesquisa.

As entrevistas foram gravadas e tomadas notas no diário de campo com a devida autorização dos interlocutores. Porém, foi demandado por alguns deles que fossem resguardados nomes e suas imagens. Por esse motivo, foram utilizados nomes fictícios para sete interlocutores e os nomes reais de dois deles. Da mesma forma, realizei uma seleção das imagens que seriam utilizadas neste trabalho, e as que estão em uso e identificam as pessoas foram autorizadas pelos moradores presentes nas fotografias.

A produção da etnografia ocorreu *pari passu* à realização de todos os processos e momentos no campo e fora dele. Isso se deve ao fato de que a antropóloga que estava buscando ser entendida tinha a necessidade do registro para não perder determinadas nuances que a memória falhava em armazenar. Parte dos meus sentidos foram subtraídos devido ao coronavírus, que contraí em abril de 2021 e em novembro de 2022.

Para uma pessoa que sentia o lugar e guardava memórias a partir do cheiro e do sabor das coisas, estar sem olfato e paladar é ter, de fato, uma redução dos “sentidos”. Nas palavras de Mariza Peirano (2018): “Lembro apenas que nossos outros sentidos” – o olfato, a visão, a percepção espacial, o tato –, “estão todos presentes na comunicação”. Eles formam o “contexto da situação”, de que falava Malinowski, ou “a cena”, para usar um termo atual.” (PEIRANO, 2018). Mesmo nestas condições, foi produzida uma etnografia estimulada e guiada por referenciais teóricos que ajudaram a descortinar os caminhos possíveis, com isso, Peirano (2014) indica que boas etnografias devem considerar três condições para que cumpra com seu objetivo, assim:

Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica. (Idem, p. 386)

O medo caminhou junto à pesquisa, muitas pessoas idosas e com patologias, com quem havia conversado antes da pandemia, poderiam vir a falecer e com elas muitas memórias estariam perdidas. Infelizmente, no processo, uma interlocutora, antes benzedeira, Dona Margarida, veio ao óbito e o meu adeus foi feito com a disponibilização da sua fotografia para a família.

A impossibilidade de ir ao campo por causa da pandemia foi o desafio imposto durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Tim Ingold (2019) contribui para pensarmos essas relações e um dos diferenciais de um trabalho antropológico, ao menos, foi seguindo os caminhos indicados pelos moradores e imbuída da teoria que a pesquisa foi construída.

Os métodos são os guardiões da objetividade, acionados para garantir que os resultados da pesquisa não sejam contaminados por um envolvimento muito íntimo ou afetivo dos pesquisadores com os povos que eles estudam. Para a Antropologia, contudo, esse envolvimento é essencial. Todo estudo demanda observação, mas, na antropologia, a observação se dá não pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem. Estudamos *com* as pessoas, ao invés de fazer estudos *sobre* elas. Chamamos esse modo de trabalho de “observação participante”. (INGOLD, 2019, p. 12, **grifo do autor**)

Caminhando e convivendo com meus interlocutores, a cada ida ao campo, eles se abriam mais, e além de conquistar sua confiança, senti como se a cada passagem pela Fazenda Pindobal eu deixasse a “semente da lembrança” germinada. Retornava para a teoria via leituras do referencial teórico escolhido e, de volta ao campo, colhia os frutos das conversas realizadas anteriormente junto aos interlocutores, que, por sua vez, compartilham informações novas numa abertura maior para o diálogo. Para Mariza Peirano, “a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, *mas a própria teoria vivida*. Uma referência teórica não apenas *informa* a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia.” (PEIRANO, 2018).

No desdobrar de nossas conversas, confirmou-se que a proposta mais indicada para a realização de entrevistas seria na perspectiva não dirigida, deixando os interlocutores livres para falar. Assim, é perceptível o caráter de conversa na maior parte desse trabalho. Nesse sentido, Jean Poupart corrobora as escolhas metodológicas quando afirma:

compreender e interpretar as suas realidades. As condutas sociais não podem ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais. A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como um método para apreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações. (POUPART, 2012, p. 216-217)

A busca por identificar os efeitos sociais causados pelos grandes empreendimentos locais foi definida como alvo desta Dissertação por compreender que assim alcançaria o holismo necessário para observar e analisar as diferentes repercussões de tais efeitos (na cultura, economia, religiosidade etc.), aprendidos pelos interlocutores. Os efeitos sociais dos empreendimentos acabam por repercutir como fatos sociais totais dentro de comunidades que lhes vivenciam. “Para detectar essa normalização são sugeridos alguns indicadores como por exemplo recuperação do padrão de vida anterior e retomada de atividades religiosas” (SIGAUD, 1986, p. 4)

Para tanto, o campo só foi possível porque, além de caminhar, ver e ouvir o pulsar da vida na Fazenda Pindobal, pude dialogar com moradores e moradoras que vivem desde o seu nascimento na comunidade e com seus filhos, que tiveram momentos de saída e retorno. As lideranças locais foram fundamentais para chegar em alguns locais e acessar momentos que demandariam mais proximidade com os envolvidos.

Foram dias que se misturaram entre a chegada à comunidade como uma técnica em plena execução de uma condicionante socioambiental e depois como uma pesquisadora que desejava ouvi-los. Lugares com objetivos diferentes, mas que dialogam quanto ao comprometimento em conhecer suas realidades de vida.

A observação participante é potencialmente revolucionária porque obriga o questionamento de pressupostos teóricos sobre o mundo, mediante participação e envolvimento íntimo de longo prazo na vida de desconhecidos. Ela nos faz reconhecer que nossas concepções teóricas de mundo provêm de situações histórica, social e espacialmente particulares. (SHAH, 2020, p. 378)

Esse lugar de escuta em que me coloquei foi escolhido por entender que era o lugar que deveria ocupar e que o protagonismo de fala deveria ser da própria comunidade. Nesse sentido, a pesquisa foi incitada por eles e assumida por mim como uma das possibilidades para que a comunidade pudesse expor suas perspectivas (sem o filtro de um empreendimento) sobre as transformações e efeitos sociais positivos e negativos, que sofreram ao longo dos anos, a partir de empreendimentos de diferentes ordens, mas, principalmente, econômica. Nesse

processo, não me isento a participar e, no discorrer da escrita, será percebido que me situo no campo, observo, descrevo e analiso. Segundo Silva:

Uma cena etnográfica só é confiável quando o etnógrafo se inclui na paisagem desenhada. É preciso que haja um ajuste de perspectiva entre a silhueta traçada de si próprio e a paisagem em volta. Cumpre ajustar as proporções entre o observador e o cenário observado que inclui coisas e seres e, entre esses, o próprio etnógrafo. (SILVA, 2009, p. 181)

Assim, como forma de apresentar os resultados dessa escuta, esta dissertação foi organizada considerando as narrativas dos interlocutores e inseridos trechos de falas por todo o texto. As fotografias buscam ilustrar o que é dito, assim como as citações entrelaçam as memórias e fortalecem o arcabouço teórico escolhido.

Cabe ainda destacar que tive uma preocupação em escrever algo que não ficasse restrito à academia e aos meus pares. Defendo que devemos considerar a popularização do conhecimento (principalmente quando ele obteve apoio financeiro ou outros recursos públicos) como forma de democratização da informação e da educação, ou, ao menos, não contribuir para construção de mais muros que separe as pessoas do conhecimento produzido internamente aos muros, com isso, busco escrever para ser lida e, por esse motivo, minha escrita não se propõe a malabarismos linguísticos e teóricos.

Portanto, elaborei a seguinte formatação para a apresentação do texto: após a introdução, seguem dois capítulos e as considerações finais. No capítulo 1, apresento informações sobre a Fazenda Pindobal, meus interlocutores, e as condicionantes socioambientais desenvolvidas na comunidade como forma de identificar o cenário em que os empreendimentos operam e como se relacionam para a continuidade da operação na exploração do petróleo e na produção de celulose com a plantação do eucalipto. No capítulo 2, como cerne desta pesquisa, apresento as diversas perspectivas dos moradores de Fazenda Pindobal em torno dos efeitos sociais provocados pelos empreendimentos, ao longo dos anos.

Por fim, como um trabalho que pode ser continuado, busco contribuir para ampliar o debate na antropologia e provocar o surgimento de novos trabalhos que lancem luz aos efeitos sociais resultantes da atuação empresarial junto às coletividades.

CAPÍTULO 1 - FAZENDA PINDOBAL E OS PROJETOS DE MITIGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

De fato, o próprio termo “comunidade”, do latim com (junto) mas munus (“dádiva”), significa não apenas “viver juntos” mas também “doar juntos”. Pertencemos a comunidade porque cada um de nós, sendo diferente, tem algo a oferecer. Assim, a identidade em comunidade fundamentalmente relacional: quem somos é um índice de onde nos encontramos, em um dado momento, no toma lá dá cá da vida coletiva. (INGOLD, 2019, p. 31)

Apresento aqui informações sobre a Fazenda Pindobal e sobre as condicionantes socioambientais desenvolvidas na comunidade como forma de identificar o cenário em que os empreendimentos operam e como se relacionam para a continuidade da operação na exploração do petróleo e na produção de celulose, com a plantação do eucalipto.

1.1 Chegando no Campo, peço licença: uma breve descrição da Fazenda Pindobal

“Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.” (LITTLE, 2004, p. 524)

Partindo desse princípio indicado por Paul Little, este capítulo apresenta os achados e as memórias dos interlocutores sobre a história da Fazenda Pindobal. Cabe situar que a zona rural do município de Alagoinhas possui mais de 64² comunidades e uma parte significativa leva o nome de “fazenda”³. Entre elas, está a Fazenda Pindobal, comunidade rural do município de Alagoinhas no Estado da Bahia e que, apesar do nome significar “extensão aglomerado de pindobas em determinada área”, atualmente não encontramos pindoba⁴ com tanta facilidade na região, e mesmo os seus moradores não sabem explicar por que a comunidade leva esse nome.

Considerado como principal caminho para chegar em Fazenda Pindobal, a BA – 516 é o mais utilizado. Na imagem abaixo a estrada aparece em boas condições, mas quando percorrermos ela presencialmente identificamos que em algumas partes a cobertura asfáltica sofreu os efeitos dos caminhões transportando petróleo ou toras de eucalipto - dos

² Conforme censo socioambiental produzido pela Prefeitura Municipal de Alagoinhas, em 2020, ainda não foram publicados os resultados.

³ Fazenda Jenipapo, Fazenda Pindobal, Fazenda Vitória, Fazenda Espinhos, Fazenda Cambuí, Fazendo Santa Rita, Fazenda Tucum e Fazenda Bolandeira, só para exemplificar algumas.

⁴ Pindoba é um tipo de palmeira da família das palmas.

empreendimentos, ou até mesmo os efeitos da chuva causam desgastes e buracos que prejudicam o acesso à comunidade.

Imagem 1 – Estrada de acesso à Fazenda Pindobal



BA - 516. Imagem: Prefeitura de Alagoinhas, 2023.

Há teorias sobre o surgimento da comunidade, alguns moradores dizem que as terras que correspondem ao que vem a ser Fazenda Pindobal pertencia a um homem e que ele, o fazendeiro, antes de morrer, vendeu partes de suas terras para diferentes donos. Outros dizem que essas terras, na verdade, eram um quilombo e que as pessoas ali escravizadas passaram a ser donas de partes dessas terras. Segundo Dona Vânia⁵: “A única coisa que eu ouvi ela⁶ falando é que Pindobal tinha sido quilombo e Pindobal era uma pessoa que era rei naquela época, que era dono do Pindobal todo!”.

Dentro dos achados nessa pesquisa, a autora Aline Gonçalves traz algumas contribuições sobre a memória do pós-abolição em Alagoinhas e como se deram alguns

⁵ Entrevista realizada dia 12 de outubro de 2022 na casa de Dona Vânia em Fazenda Pindobal.

⁶ Se refere a uma estudante que havia feito uma pesquisa sobre a história do Pindobal, mas que ela sumiu e ninguém teve acesso a pesquisa.

processos políticos e econômicos que nos ajudam a entender como as fazendas⁷ foram constituídas⁸. Indicando que:

A crítica de Barreira recaiu, desse modo, sobre o comportamento inadequado dos senhores alagoinhenses diante da crise financeira que a cidade enfrentava antes mesmo da abolição, e fora agravada pelo 13 de maio. “Como se pode então compreender que antigos e prósperos engenhos estejam hoje se transformando em fazendas de criar e entregues quase exclusivamente a pequenos rendeiros?” – questionou. (BARREIRA, 1902 apud GONÇALVES, 2019, p. 217)

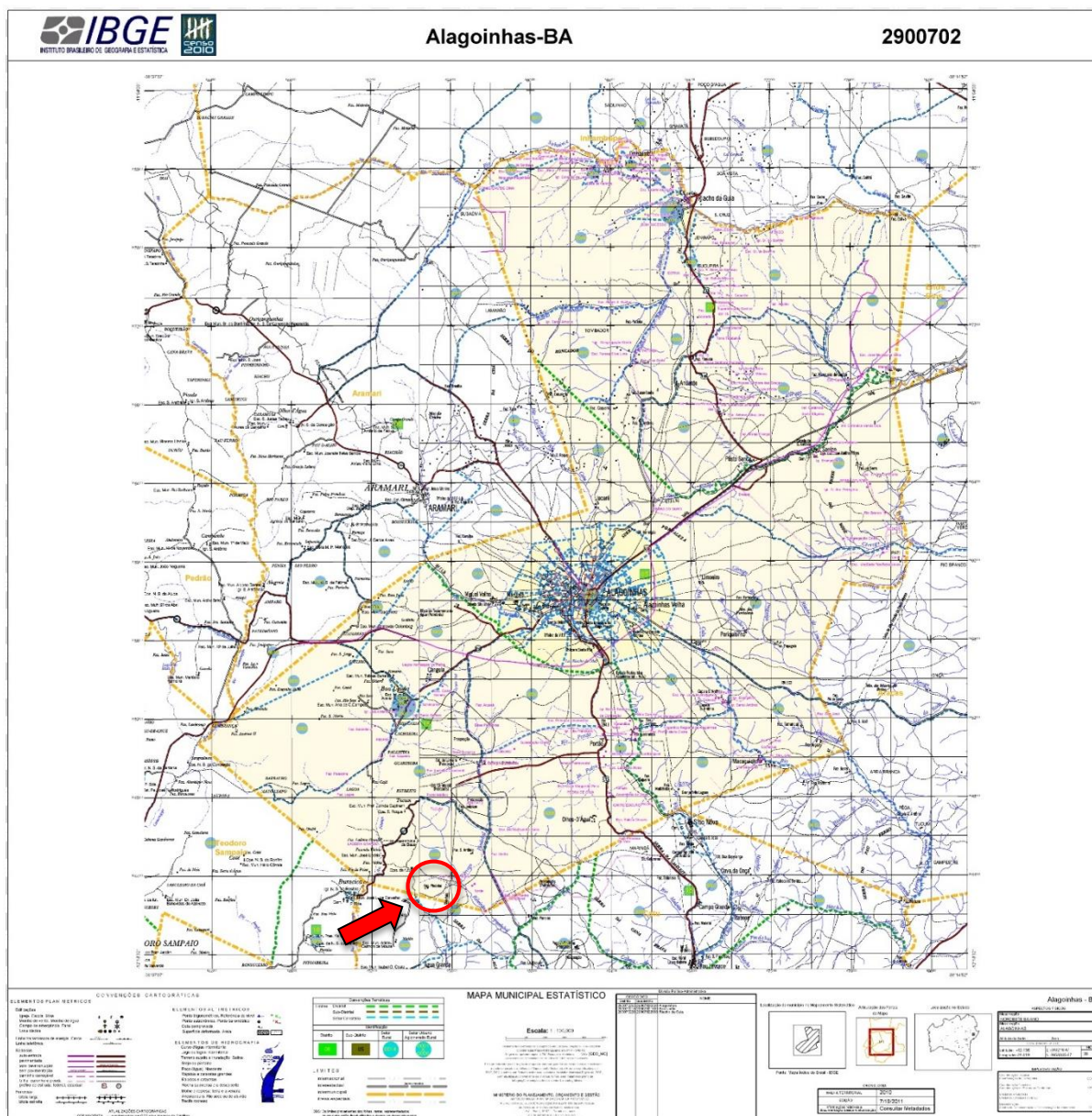
No que tange à extensão territorial correspondente à Fazenda Pindobal, sua delimitação não é claramente demarcada de forma que qualquer pessoa possa identificar quando está dentro ou saindo dela. Mas, os moradores apontam onde começa e termina sem maiores problemas. Como forma de ilustrar a estrada e a localização da comunidade no mapa, foi utilizado o *Google Maps*. Mas apresento no anexo o mapa⁹, produzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do município de Alagoinhas, onde pode ser localizada a comunidade Fazenda Pindobal.

Imagem 2 - Mapa de Alagoinhas

⁷ Ver nota de rodapé número 3.

⁸ Mesmo após perguntas incessantes, não é possível apresentar uma resposta mais unívoca sobre as origens da comunidade dentro do tempo desta pesquisa.

⁹ Pode ser verificado aqui: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=610726>



Fazenda Pindobal sinalizada com uma seta e circulada em vermelho. Fonte: IBGE, 2011 (marcação da autora, 2022)

A Fazenda Pindobal possui subdivisões internas marcadas por três Associações, todas comunitárias e em funcionamento. E através das observações realizadas e posteriormente complementadas por entrevistas junto às lideranças locais, foi evidenciado que essa divisão interna surge a partir de processos conflituosos e interesses divergentes entre as lideranças conforme descrito logo mais.

A partir dos relatos proferidos pelos interlocutores, o motivo que culminou na criação de três associações comunitárias, dizem respeito aos conflitos de interesse. Seja porque haviam discordâncias sobre posturas e posicionamentos políticos entre os membros da diretoria ou porque com a chegada dos grandes empreendimentos e as empresas terceirizadas na

comunidade, as associações passam a ter grande poder mediante a indicação dos moradores para assumirem vagas de trabalho. Os jogos e manobras políticas em torno das vagas de empresa causaram ampliação dos conflitos e o surgimento de novas iniciativas que culminaram em nossas associações locais.

Das três organizações da sociedade civil, são elas: Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Agricultores Familiares e Moradores de Fazenda Pindobal - ADESAP, a Associação dos Produtores Rurais de Fazenda Pindobal - APRFP e a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Pindobal de Cima - AFPC. Os moradores comumente se vinculam a mais de uma associação, em busca de um bem viver, possibilitados através de um emprego formal, recebimento de cestas básicas e outros benefícios materiais e simbólicos, se associam em duas ou mais associações.

Cada organização social fica localizada em uma parte da comunidade, a atuação delas possui como objetivo principal a questão econômica a partir do fortalecimento da produção e escoamento dos produtos agrícolas. Das três associações, é através da ADESAP que os empreendimentos acessam a comunidade, mesmo sendo a mais nova¹⁰ das associações.

A estrada principal que leva à comunidade é asfaltada, assim como parte considerável dos caminhos utilizados pelos empreendimentos para transportar petróleo, extraído na superfície, ou eucalipto, o que difere dos caminhos internos que levam às casas dos moradores, normalmente de barro, sem calçamento ou asfalto. As casas de aproximadamente 74 domicílios reúnem um total de 273 moradores, parte delas fica situada próxima à pista principal que corta a comunidade e, em sua maioria, são de alvenaria. A maior parte dos moradores são agricultores familiares e produzem majoritariamente farinha de mandioca, aipim e amendoim, mas também produzem milho, feijão e laranja em menor escala. Como descrito por Dona Zé¹¹:

A gente plantava e planta, amendoim, mandioca, mas plantava muita roça, minha filha, roça de fumo era grandona. E hoje, como a gente acabou com esse negócio de plantar fumo, a gente planta amendoim, mandioca, milho, feijão, essas coisas, sabe?

Na parte mais elevada da comunidade fica a plantação dos eucaliptos, principal matéria-prima para produção de madeira e celulose de um dos megaempreendimentos em operação. Da mesma forma, encontram-se, espalhados por todos os cantos da comunidade, dutos, unidades de bombeio, bases, tanques, entre outros equipamentos de outro megaempreendimento, nesse caso, referente ao de exploração do petróleo.

¹⁰ Fundada em 07 de janeiro de 2019, atualmente com 82 associados.

¹¹ Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2022, na casa de farinha que fica ao lado da casa de Dona Zé.

Segundo Oliveira, o município de Alagoinhas possui “70.689.86 hectares de florestas plantadas para a produção de madeira e celulose.” e no entorno dessa produção de eucalipto estão situados 4 distritos e 38 localidades (OLIVEIRA, 2021, p. 39-40). Entre os distritos indicados por Oliveira, está Boa União, onde fica localizada a comunidade de Fazenda Pindobal. Além desses dados gerais sobre o plantio¹² de eucalipto no município, a referida autora apresenta dados que indicam que o empreendimento possui uma área de plantio muito superior ao indicado na Lei Orgânica¹³ do Município de Alagoinhas - BA (p. 54).

Ainda existem áreas florestais sem serem exploradas, seja por empreendimentos ou pela comunidade. Também há campos de criação de gado e áreas improdutivas devido ao risco de acidentes e explosões decorrentes da existência de resquícios de petróleo em pontos de explorações desativadas, ou seja, após exploração do petróleo, mesmo sem operação, o campo não pode ser utilizado pela população porque o lugar ainda provoca riscos de morte.

Além dos equipamentos¹⁴ dos empreendimentos, existem outros decorrentes das ações das OSC – Organizações da Sociedade Civil, como podem ser vistas a sede da associação e a cozinha comunitária. Recentemente, através da construção da cozinha comunitária pelos próprios moradores.

Com a cozinha comunitária, equipamento obtido com o projeto chamado Mão na Massa¹⁵, financiado pelo empreendimento do ramo petrolífero e executado por uma empresa terceirizada, as mulheres, que anteriormente haviam participado de um curso de produção de alimentos com derivados da mandioca, passaram a produzir biscoitos com a goma da mandioca e panetones de aipim. Além de produção, em menor escala, de frutas como maracujá, manga, jaca, abóbora entre outros.

Imagem 3 - Produção na Cozinha comunitária

¹² O campo de Buracica começou sua operação em 31 de maio de 1959. Com Área de Desenvolvimento de 33,36 km², está localizado na porção emersa da Bacia do Recôncavo, no município de Alagoinhas, a cerca de 90 km a nordeste da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Já no caso do empreendimento de plantio de eucalipto, iniciou em 1981 os trabalhos no município.

¹³ Para acessar a Lei, ver: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-alagoinhas-ba>.

¹⁴ Refiro-me aos dutos de transporte de água produzida ou do petróleo, bases de exploração, por exemplo.

¹⁵ Esse projeto qualificou a mão de obra de jovens e adultos moradores da comunidade para a construção civil, foram esses moradores que construíram a cozinha comunitária.



Produção de panetones e biscoitos. Foto: Sr. Jonielson, 2022

As casas de farinha¹⁶ normalmente ficam próximas às casas de seus donos, quanto a sua estrutura, algumas são de alvenaria e outras de taipa¹⁷, a maioria é elétrica, mas existem ainda muitas casas manuais, que utilizam lenha para torrar a farinha. Assim, com uma estimativa de quatro pessoas residindo no mesmo domicílio, o que pode ser verificado a partir de visitas e entrevistas realizadas *in loco*, algumas ficam responsáveis pela produção da farinha enquanto outro membro da família trabalha fora. Em outros casos, a produção de farinha é a principal renda familiar.

Na sequência, imagem referente a uma das casas de farinha manual que existem na comunidade. Esta casa de farinha pertence a uma das famílias mais antigas da comunidade e normalmente é utilizada para produzir farinha para consumo próprio, ou seja, em pouca quantidade.

¹⁶ Existem 26 casas de farinha.

¹⁷ Tipo de construção que utiliza barro e madeira. Uma delas é a casa de Farinha do Senhor Zé Pequeno.

Imagem 4 - Casa de Farinha manual



Sr. Jonielson ao lado do forno manual para torrar farinha. Foto: Ismael Silva, 2022

Na imagem acima, a parte escura, que lembra um triângulo, é a chapa usada para torrar farinha. Nela se deposita a massa da mandioca para a última etapa do processo de produção. A lenha é colocada no espaço reservado abaixo da bancada com piso e mexem com vassoura de piaçava sem parar. Isso garante que a farinha seja torrada de maneira uniforme sem que passe do ponto de torra.

Imagem 5 - Parte externa da Casa de Farinha Elétrica



Local onde depositam a lenha. Foto: Ismael Silva, 2022

Todos os interlocutores desta pesquisa se autodeclararam pretos e pardos e, no que tange à questão geracional, a maioria da população compõe-se de adultos e idosos que trabalham com agricultura, na produção de farinha e criam animais de pequeno porte, como é o caso da galinha. Já os jovens, na maioria dos casos, cursam o ensino fundamental na Escola Municipal Gonçalo Muniz¹⁸ (E.M.G.M.) e quando estava em funcionamento, na Escola Municipal Divino Espírito Santo, hoje desativada, e seus estudantes foram remanejados para a E.M.G.M., ambas dentro da comunidade. Quando alcançarem o ensino médio, alguns vão estudar no centro da cidade de Alagoinhas (SEDE). O que resulta na presença majoritária de adultos que trabalham com a agricultura ou aposentados/as e a pouca presença de jovens na comunidade.

Dona Alice compartilha algumas lembranças de quando era professora na Escola Municipal Gonçalo Muniz (antes da demolição). Ela descreve como era o espaço físico e algumas mudanças que foram realizadas pelo prefeito, segundo ela:

“A escola antiga ela era assim: mas não era tão grande e nem pequena demais. A escola tinha uma sala, uma cozinha bem pequena, cozinha que era pequena, e outra sala menor e um banheiro, só isso que tinha. Anos depois foi feito é, uma reforma no prefeito José Hildo ele reformou, ele fez uma cozinha maior, fez uma despensa, mais um banheiro (feminino e masculino) e a cozinha de antigamente, antiga, ficou sendo uma salinha pra diretora, transformou na direção.” (Dona Alice, 2022)¹⁹

No seguinte, Dona Alice explica que a E.M.G.M. foi demolida por um dos empreendimentos após descoberta de petróleo no subsolo e que após mobilização social promovida pelos moradores da comunidade, com apoio da associação Associação dos Produtores Rurais de Fazenda Pindobal conseguiram a reconstrução da referida escola.

“Com o passar do tempo, em 2009, a Petrobrás descobriu que tinha petróleo e demoliu a escola, se passaram muitos anos né, 4 pra 5 anos, é... para um estabelecimento de uma comunidade, foi muitos anos, mas também, veio a construir porque também foi muita luta. A comunidade tinha associação e se uniu e lutou que graças a Deus, construiu a escola, em 2014 teve a inauguração e começou a funcionar. Então, eu não tenho assim, nenhuma foto, não tenho foto, porque naquela época era mais difícil, a gente não tinha celular de foto.” (Dona Alice, 2022)²⁰

¹⁸ Essa é a escola que foi demolida e reconstruída pelo empreendimento do ramo petrolífero em outro terreno dentro da comunidade.

¹⁹ Entrevista realizada pelo whatsapp com o compartilhamento de mensagens escritas e por áudio no dia 15 de dezembro.

²⁰ Entrevista realizada pelo whatsapp com o compartilhamento de mensagens escritas e por áudio no dia 15 de dezembro.

Imagem 6 - Escola Municipal Gonçalo Muniz reconstruída

Imagem retirada da página oficial da Prefeitura de Alagoinhas, 2022.

Uma motivação para a saída dos jovens em idade laboral da comunidade é a falta de empregabilidade. Mesmo os que conseguem emprego, sofrem com a falta de transporte público regularmente. Um interlocutor afirma que, após acordo entre os motoristas dos ônibus que rodavam na comunidade e a Prefeitura, a disponibilidade dos ônibus passou a ser entre cinco dias (segunda, quarta, quinta, sexta e sábado), conforme demonstrado a seguir. Informam que os motoristas alegaram que os ônibus circulam vazios e por isso a necessidade de redução. Ao mesmo tempo que os moradores reclamam dessa escassez de transporte.

Quadro 1 - Horários dos ônibus

Dias/Horários	Manhã		Tarde	
	Ida	Volta	Ida	Volta
Segunda - feira	6:00	10:30	12:00	15:30
Terça - feira	Não há disponibilidade de ônibus			
Quarta - feira	6:00	10:30	Não há disponibilidade de ônibus	
Quinta-feira	6:00	10:30	12:00	15:30
Sexta - feira	6:00	10:30	12:00	15:30
Sábado	6:00	10:30	12:00	15:30

Domingo	Não há disponibilidade de ônibus
---------	----------------------------------

Fonte: Sr. Jonielson, 2022

Em um espaço de escuta, durante a realização de reunião da associação, pude ouvir relatos indicando que a pouca disponibilidade do transporte acaba repercutindo em sérios desdobramentos, considerando a necessidade de deslocamento da comunidade (zona rural) para o centro da cidade (zona urbana). No que tange o acesso à saúde, muitos perdem consultas e exames médicos porque os horários chocam, para chegar ou sair do trabalho, para acessarem algum direito social (renovação e/ou cadastro do Bolsa família, por exemplo).

Imagem 7 - Espaço de diálogo



Espaço na casa do Sr. Serrinha utilizado para as reuniões da ADESAP antes da construção da sede. Foto: Sr. Jonielson, 2021.

Não esquecendo que os comunitários também precisam dessa mesma condução para transportarem parte de suas produções para a feira local na sexta e sábado. As alternativas utilizadas pelos moradores são: utilizar o transporte com outras finalidades (normalmente não é autorizado porque o transporte possui público beneficiário específico) ou pagar transporte alternativo (necessário ter dinheiro).

Na Fazenda Pindobal existe um time de futebol chamado “Bar Azul”, levando o nome de um bar²¹ que fica próximo ao campo de futebol utilizado pelo time, sendo ele composto por homens jovens e adultos moradores locais. Além de um grupo de ciclistas chamado “Pedal do

²¹ Registro que mesmo sendo a referência do nome do time, atualmente o bar é amarelo.

Pindobal”, que circulam de bicicleta como o “nosso gosto de viver, gosto de fazer”, afirma o Sr. Serrinha. O grupo era composto por pessoas adultas e idosas que moravam na comunidade.

Segundo ele, os ciclistas, antes, eram um grupo maior, mas foi sendo reduzido devido às: I – Limitações pelo avanço da idade; II – Falta de recursos para reparar a bicicleta danificada; III – Estradas Precárias; IV – Crescente violência no percurso. Os efeitos dessa última causa são recorrentes nas entrevistas, todos, em alguma medida, citam o fator “violência²²” como mudança que afetou a vida dos moradores locais. Atualmente, o grupo conta com três pessoas.

A comunidade não conta com espaços coletivos para lazer como praças e parques etc. Os comunitários contam que anteriormente²³ as atividades festivas e culturais eram promovidas pela Igreja Católica, antes de sua demolição por interesse de um empreendedor específico. Atualmente, as atividades religiosas outrora promovidas pela Igreja Católica²⁴ como procissões, marchas e os festejos ao santo padroeiro²⁵ não ocorrem mais com a mesma intensidade. Segundo um dos interlocutores, ficaram restritas à missa no dia de São José, em 19 de março.

Se, conforme indicado por Lygia Sigaud um dos indicadores de normalização do padrão de vida dos moradores são a retomada de algumas práticas, incluindo as religiosas, no caso de Fazenda Pindobal, os efeitos ainda são sentidos e as práticas religiosas não foram recuperadas em sua totalidade. Nas palavras de SIGAUD: “Para detectar essa normalização são sugeridos alguns indicadores como por exemplo recuperação do padrão de vida anterior e retomada de atividades religiosas.” (SIGAUD, 1986, p. 4).

Especificamente nesse dia, no ano de 2022, a liderança local contactou-me para pedir ajuda com a produção de material para comemorar o dia de São José entre os católicos que ainda restam na comunidade. Combinamos que eu poderia produzir uma peça digital (*Card*), personalizada²⁶, para que fosse compartilhada nas redes sociais da associação e entre os moradores via *WhatsApp*. Abaixo, o *Card* em homenagem ao dia de São José:

²² Citam os roubos, mas quando questionado sobre outros tipos de violência, Sr. Jonielson diz que esse é o maior problema que causa insegurança nos moradores.

²³ Remetem ao período que antecede a demolição da igreja católica, que ocorreu em 2014.

²⁴ Paróquia Nossa Senhora Aparecida cujo padroeiro é São José.

²⁵ Definido como padroeiro da comunidade pelos moradores católicos.

²⁶ A fotografia utilizada foi escolhida pela liderança e autorizado o uso pelas pessoas expostas nela.

Imagem 8 - Card para São José



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DOS AGRICULTORES
DA FAZENDA PINDOBAL



Peça digital para comemorar o dia de São José na Fazenda Pindobal. Fonte: Autora, 2022.

No *card*, foi utilizada uma imagem pública do São José, disponível na rede de busca *Google* e uma fotografia que mostra três moradoras realizando o plantio do milho e um senhor em pé, ao fundo. A fotografia foi enviada pela liderança local²⁷. Uma das interlocutoras, Dona Francisca, afirma que atualmente “a maioria é da igreja de crente. A católica é bem poucos. Também o povo que tem, são devotos mesmo”. Sobre esse assunto, discorrerei mais detidamente no segundo capítulo.

A água é um tema recorrente e surge naturalmente nas conversas junto aos moradores. Também abordarei esse assunto com mais intensidade no próximo capítulo. Porém, cabe sinalizar que a água utilizada pela maior parte da população, para consumo e higiene, é fornecida pelo SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Mas, algumas pessoas alegam não consumirem água encanada fornecida pelo SAAE para beber.

Depois da Petrobrás, o rio mudou. Aqui na região da gente só tem uma fonte, que a gente pega água pra beber. Que a gente não pega dessa água encanada. Mas tinha um rio aqui que tinha lugar que cobria uma pessoa alta, ele cobria que a gente não via nem a cabeça. E hoje tem lugar que não cobre um pé. (Dona Francisca, 2021)²⁸

Para a produção agrícola, dependem das chuvas e, em alguns poucos casos, utilizam da água de algumas fontes que ainda estão em condições de uso, não servem para o consumo,

²⁷ Todos autorizaram o uso da imagem.

²⁸ Entrevista realizada no dia 25 de março de 2021.

mas são utilizadas para regar pequenas plantações de frutas, legumes e hortaliças. Segundo relatos, existiam muitas fontes com água doce utilizadas para consumo pela comunidade.

Além do Rio Una que, segundo moradores, corria em abundância e era utilizado para banho, lavar roupas e pratos, lazer, pesca etc. Para Dona Francisca: “As fontes, tinha riacho aqui que era um riacho. Hoje, você passa nem diz assim: ‘Aqui teve água algum tempo’. O pessoal se queixa aí do riacho é desses eucaliptos (sic). E secou riacho, fonte, tanque, secou foi tudo”. Conforme relatado, segue foto para ilustrar um dos espaços irrigados pela água da fonte.

Imagem 9 - Irrigação da horta



Horta mandala sendo irrigada. Foto: Sr. Serrinha, 2022.

Os comunitários possuem luz elétrica, mas à noite é perceptível a iluminação pública limitada que cobre, preferencialmente, as vias principais, deixando alguns caminhos que ligam às casas dos moradores pouco iluminados. O acesso à internet só é possível em algumas casas via rede *Wi-Fi* e nem todas as pessoas a possuem; no caso da rede de telefonia móvel, em quase toda comunidade não existe cobertura.

Nesse sentido, após realizar breve apresentação da comunidade, na sequência, serão relatados os caminhos e processos construídos para que fosse possível observar e registrar as informações necessárias para alcançar o objetivo deste estudo. Caminhos nem sempre fáceis, às vezes, nebulosos e difíceis de acessar porque precisava, antes de tudo, ser aceito e obter a confiança dos moradores com quem pretendia interagir com maior intimidade.

1.2 Descortinando diálogos

Não se trata de interpretar ou explicar o comportamento dos outros; não se trata de colocá-los em seu lugar ou consigná-los à categoria dos “já conhecidos”. Ao contrário, trata-se de compartilhar da sua presença, de aprender com as suas experiências de vida e de aplicar esse conhecimento às nossas próprias concepções de como a vida humana poderia ser, das suas condições e possibilidades futuras. A antropologia, em minha opinião, prospera nesse engajamento da imaginação e da experiência. (INGOLD, 2019, p. 10-11)

O que Tim Ingold mobiliza em minhas observações em campo pode ser traduzido como a busca por expressar respeito às pessoas. Nos momentos possíveis, de partilhas alcançadas e outras negadas, é possível aprender com tudo, como ser e como não ser. Por esse motivo, nas linhas que seguem, apresento alguns compartilhamentos e nuances sobre momentos de interação, participação e observação junto aos moradores da Fazenda Pindobal.

Ressalto que, mesmo já conhecendo alguns moradores por consequência de minha experiência relatada anteriormente, foi difícil conseguir acessar algumas informações. Em alguns momentos, pensei que, mesmo se a pesquisa fosse concluída, ela não teria elementos qualitativos para ser considerado um “bom” trabalho. Isso porque mesmo as pessoas idosas que buscavam dialogar sempre afirmavam não lembrar de muita coisa ou, quando falavam algo, era logo interrompido pelo “é isso”.

Mas como tinha que seguir, busquei ir Tateando e me mostrando como alguém que estava ali para conversar, conhecer mais sobre os comunitários. Não estava a serviço de nenhum empreendimento. Para isso, a figura da liderança local foi muito importante nesse processo, porque ele conhecia as pessoas e era respeitado por elas, também porque transitava entre dois mundos, o mundo da roça, sua realidade e a de seus vizinhos, familiares e amigos, mas também conhecia o funcionamento dos empreendimentos na região. Isso ajudou no processo de “tradução” do que eu buscava saber junto aos meus futuros interlocutores.

Nesse processo, foram utilizadas as entrevistas compreendendo que o caminho para entendimento e obtenção das respostas buscadas não deveria ser dirigido, meus interlocutores tinham de se sentir livres e assim o diálogo fluiria. Esse caminho foi acertado porque em um determinado momento foi possível perceber que eles buscavam as “respostas corretas” ou não teciam críticas aos empreendimentos, uma vez que não desejavam atrair alguma implicação negativa ao seu entorno. Assim,

Segundo a opinião dos pesquisadores do qualitativo - opiniões compartilhadas, em certa medida, pelos partidários da entrevista estruturada -, a entrevista não dirigida apresenta inicialmente a vantagem de se basear adequadamente na realidade do

entrevistado. Gozando de um máximo de liberdade para se expressar sobre o ou os temas da pesquisa, ele é mais capaz de fazê-lo segundo suas próprias categorias e sua própria linguagem. (POUPART, 2012, p. 224)

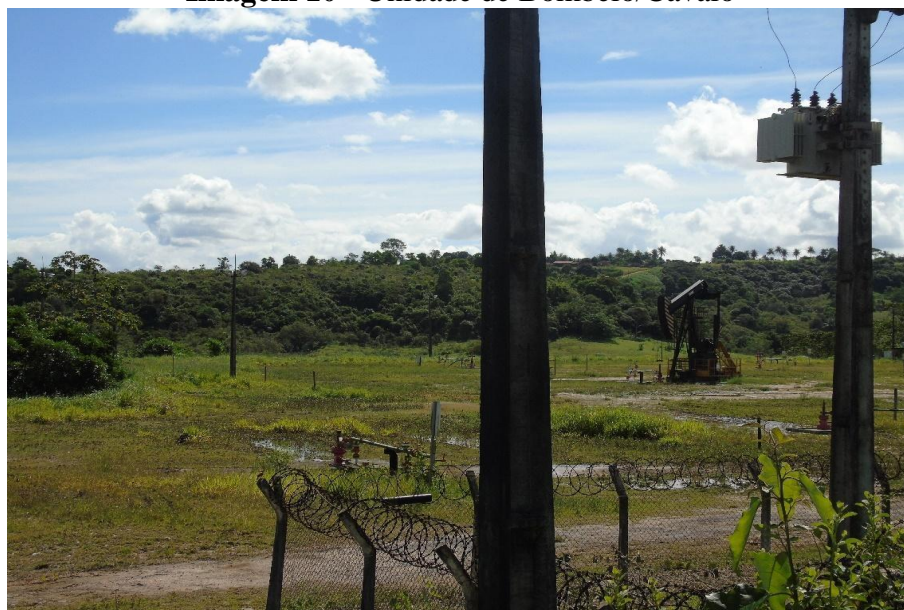
Mesmo possuindo a mesma língua materna dos interlocutores, a forma como eles se referiam a algumas coisas era diferente da minha, e isso no início era delicado, a exemplo, tenho clareza do dia que, em diálogo com os moradores, algumas perguntas eram feitas a partir de uma linguagem específica (ao tratar dos equipamentos que um dos empreendimentos usava para extrair o petróleo na comunidade) e as respostas chegavam de maneira que ficava evidente que a comunicação não foi efetiva porque os interlocutores não reconheciam os equipamentos a partir da mesma nomenclatura que era utilizada por mim.

A “unidade de bombeio” para eles era “cavalo” ou no diminutivo, “cavalinho”. Isso, para trazer um exemplo, segundo Ferdinand Saussure: “De fato, nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal” (SAUSSURE, 2006, p. 86). Todos da comunidade se referem aos equipamentos das empresas locais da mesma forma, aprendem uns com os outros. E independentemente da idade, se criança ou adulto, há um consenso a respeito de tais nomenclaturas – que diverge das utilizadas pelas empresas executoras dos projetos.

Nesse sentido, chegar à comunidade e acreditar que o fato de todos falarem português não traria dificuldades quanto à compreensão das narrativas compartilhadas seria um grande equívoco. Não se trata de nomes diferentes para a mesma coisa ou situação, mas a percepção que os equipamentos dos empreendimentos provocam na vida de uma pessoa e que não provocam na vida de outra (sendo eu ou qualquer outra de fora da comunidade).

Apesar de ser a mesma linguagem utilizada pelos técnicos (inclusive eu) que desenvolviam os projetos de mitigação junto a eles. O que deixa claro que a comunicação, que outrora parecia funcionar, era falha. Na Imagem 9, a unidade de bombeio localizada no espaço onde funcionava a antiga escola e igreja demolidas para exploração do petróleo e que discorro mais detidamente no segundo capítulo.

Imagem 10 - Unidade de Bombeio/Cavalo



Entre os postes à direita da foto a unidade de bombeio desativada. Foto: Autora, 2021.

A unidade de bombeio tem um lugar na minha vida, como pesquisadora, que não tinha na vida do(s) interlocutor(es), que, na medida em que são expostos a esse equipamento, passam a ter que considerar os riscos desse equipamento em sua rotina e forma de se relacionar com a terra (modo de vida). Com o tempo, aprendi como eles chamavam os equipamentos e a terra, a roça, alguns lugares e pessoas. Isso foi fundamental para conseguir entender, também, o que significavam para os moradores.

Era preciso ampliar as vivências e estreitar as conversas porque se fez necessário relacionar a forma como os equipamentos eram mencionados e introjetado em sua cultura. A passagem escrita por Rebeca Sampaio (2018) colabora para essa questão quando diz que:

Ao desconstruir o modelo ocidental predominante a respeito do sexo dos astros, numa atitude anti-etnocêntrica, o autor trata da impossibilidade de entendermos uma língua desvinculada de sua cultura, visto que a primeira faz parte da segunda e envolve aspectos que vão além do léxico. Há, portanto, a necessidade de conhecer a cultura em questão (incluindo os hábitos e costumes, as crenças, o modo de vida da população em geral) para, então, entender de que maneira determinada entidade se configura dentro desse sistema. (SAMPAIO, 2018, p. 231)

Entre um percurso e outro, dialoguei rapidamente com inúmeros moradores e moradoras, mas pude aprofundar o diálogo com doze pessoas, sendo que sete delas eram mulheres e quatro eram homens, a maioria adultos e idosos, mas um jovem. Os moradores são majoritariamente compostos por pretas e pardas, afirmam que nasceram e foram criadas/criados na comunidade. Abaixo segue lista dos/as interlocutores/as com nomes fictícios e as idades correspondentes.

Quadro 2 - Interlocutores/as e suas respectivas idades

Nome	Idade
Sr. Jonielson	30
Dona Alice	65
Dona Estrela	80
Dona Bela	54
Sr. Geo	58
Dona Zé	70
Dona Sil	65
Sr. Serrinha	60
Dona Vânia	50
Dona Francisca	63
Sr. Zé Pequeno	83
Sra. Leninha	53

Fonte: Autora, 2022

Nesse processo, uma questão interessante que pude identificar a partir dos relatos é que, ao casar-se, essas mulheres passam a morar numa casa no mesmo terreno que sua família de origem. Então, quando os interlocutores narram sobre quem são os moradores das casas vizinhas, normalmente são/eram os pais, irmãos e/ou filhos com suas respectivas famílias constituídas.

Quando narram sobre suas memórias mais antigas, seja em relação ao trabalho que realizavam ou momentos de lazer, o rio transcorre entre suas palavras. Dona Zé fala e gesticula sinalizando o caminho que a água passava, nesse momento ela aponta para a localização das casas dos membros de toda a sua família: “Olhe, naquele tempo, a casa de meu pai era ali, ali tinha um poço de água, que a gente tirava água do poço, e tem um tanque lá, hoje tá seco. A água do tanque descia, passava pela porta de minha irmã, fazia riachinho por ali, lavava roupa e tudo.”

Imagem 11 - Dona Zé e suas memórias



De costas, Dona Zé; e a autora de frente. Foto: Ismael Silva, 2022.

Algumas dessas interlocutoras relatam que tentaram melhores condições de vida indo morar fora da comunidade, em centros urbanos dentro e fora do município de Alagoinhas, mas como não alcançaram esse objetivo, retornaram para a comunidade porque nela poderiam gerar renda com a agricultura e plantar parte dos seus alimentos.

A descrição feita por Müller em sua Tese, quando trata sobre denominações de uso corrente e apresenta o termo roça, segue também algumas descrições do funcionamento da comunidade pesquisada, o que se assemelha muito com a comunidade Fazenda Pindobal, salvadas algumas especificidades com relação ao tipo de produção e a própria denominação entendida por roça (MÜLLER, 2006, p. 251).

A questão de gênero no processo de produção agrícola é definida a partir do tipo de organização econômica de cada família, por exemplo, na maior parte delas os homens trabalham fora e as mulheres cuidam da roça: plantando, preparando o terreno, colhendo, enquanto os homens participam desse processo de forma menos intensa. Isso no caso dos homens mais novos, já que os mais velhos, sem formação escolar, ou já aposentados, em sua maioria, trabalham na roça junto às mulheres, de forma mais intensa.

Mas pra algumas pessoas é. Mas depois que todo mundo estudou, que todo mundo se formou, na minha época não, né. Aí as pessoas quer mais é emprego, não quer viver de roça. Mas os mais velhos tudo ainda trabalha de roça, aqueles que podem. Vive de roça. (Dona Francisca, 2021)²⁹

O plantio de flores e ervas para chás e remédios normalmente concentra-se nas mãos das mulheres. As fotos na Imagem 12 foram tiradas em três casas que pude conhecer e realizar as entrevistas com as moradoras. Mas as fotos da Imagem 13 demonstram os cuidados que Sr. Serrinha realiza em seu terreno ao lado de sua casa.

Imagem 12 - Plantio de flores e fruta



Biribiri³⁰ e Flores plantadas na casa de duas moradoras em Fazenda Pindobal. Foto: autora, 2022

Na casa do Sr. Serrinha, sua esposa cuida das atividades domésticas e do cultivo e ornamento da casa com flores, conforme imagens acima, enquanto ele cuida dos animais, do cultivo de algumas frutas³¹ e trabalho que demanda força física.

²⁹ Entrevista realizada remotamente via *google Meet* no dia 25 de março de 2021, a interlocutora estava em sua residência no momento.

³⁰ O fruto biribiri pertence à família das Oxalidaceae, espécie *Averrhoa bilimbi*. Este fruto tem um alto conteúdo de oxalato solúvel e é utilizado na culinária, na produção de picles, geleias, e como tratamento para algumas doenças, como hipertensão, diabetes e hiperlipidemia. (2014, p. 545)

³¹ Na imagem 13, da esquerda para direita, a fotografia do cacau e da uva são registros do Sr. Serrinha e a foto do amendoim e da acerola são de minha autoria.

Imagem 13 - Produção de frutas

Algumas produções de alimentos da comunidade. Fotos: Sr. Serrinha e a autora, 2022

Para melhor compreender a realidade social dos moradores de Fazenda Pindobal, assim como observar e coletar as informações necessárias para alcançar o objetivo deste estudo, cabe, também a mim, compartilhar experiências sobre como os projetos de mitigação socioambiental foram realizados. E é isto que faço na sequência do texto.

1.3 A esperança por uma vida melhor

“Eu preferia que estudassem pra trabalhar de carteira assinada. Porque trabalhar de enxada não é fácil não.” (Dona Francisca)

A chegada dos empreendimentos na comunidade trouxera mudanças nas relações sociais quando percebemos nos relatos os conflitos em torno das relações de poder em busca da empregabilidade, do meio ambiente, a partir do desmatamento para construção das bases de extração de petróleo e da plantação de eucalipto, abrindo novas estradas, além do fato de que os moradores criaram expectativas no que tange a busca por melhores condições de vida através

do “emprego de carteira”, como alguns diferenciam o trabalho na roça e o trabalho formal com registro em carteira profissional.

No início do plantio do eucalipto, a mão de obra local foi muito aproveitada, mas, em função da diversidade de serviços especiais no processo produtivo, houve uma retração na questão emprego e renda significativa, devido à falta de qualificação e a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho nas áreas de produção, assim também aconteceu na retirada do eucalipto e o seu carregamento/transporte (Representante da UARA). Com o advento das modernas tecnologias aplicadas ao campo, o trabalhador rural foi substituído pelas modernas máquinas colheitadeiras. Atualmente são poucos os moradores que trabalham diretamente com a empresa Bracell, muitos prestam serviços às empresas terceirizadas da Bracel (Representante COPEMA). (OLIVEIRA, 2021, p. 56)

Segundo Dona Francisca, “A comunidade aqui era uma comunidade fraca. Depois que entrou esse negócio dessa Petrobrás aí deu chance a muita gente. Muita gente teve a chance, teve oportunidade, e aí se fez, né? E outros... sei lá, se não se interessaram, não quiseram. Aí ficaram na mão.”. Esse discurso também permeia os documentos normativos e as ações dos empreendimentos, para Déborah Bronz:

Quanto à questão dos benefícios, sabemos que a crença da melhoria da vida está fortemente enraizada na construção discursiva que acompanha os grandes empreendimentos. No licenciamento, a eficácia ideológica desse discurso começa a ser produzida nos diagnósticos dos Estudos de Impacto Ambiental - EIAs-RIMAs, a partir da construção de um cenário de precariedade econômica associada à vida da população afetada. Dentre todos os argumentos vinculados à ideia de multiplicação econômica, a criação de empregos parece ser aquela com maior poder de persuasão, tornando o discurso do desenvolvimento, algumas vezes, simbolicamente eficaz para as próprias populações. (2016, p. 22)

Com a chegada dos grandes empreendimentos, muitos moradores começaram a produzir alimentos, dispor de quartos ou abriram pensões para acolher os trabalhadores que passaram a atuar na comunidade. A geração de renda foi possibilitada diretamente com a empregabilidade de alguns moradores e indiretamente com o fornecimento de produtos e serviços pelos moradores da comunidade Fazenda Pindobal e das demais próximas aos empreendimentos.

A maioria das pessoas que pude entrevistar viram quando os empreendimentos foram chegando para a comunidade, algumas ainda eram crianças e vivenciaram os processos de preparação dos locais onde seriam construídas as instalações. Dona Zé afirma: “Tava. Tava aqui, aí veio. Aqui não ouviu falar que a estrada era apertadinha assim de mato? Aí primeiro veio aquela Geofísica, sabe o que é?”. E narra que foram

Marcando, botando uns toco, assim nas cabeça dos pau, umas fitinha, aí ficava eu e minhas colega, irmã mais velha, a gente ficava por cima dos paredão subindo, espiando, os homem pintar o torno, aí veio trator, isso tudo, aí começou a fazer a estrada. Aí depois foi que a Petrobrás veio. E a igreja era lá embaixo. Essa igreja é mais nova. No meu tempo de garotinha ela não tinha, depois foi que os Pereira deu com o padre lá em Alagoinha e construiu a igreja. Só que depois acabou tudo, tá tudo acabado. (Dona Zé, 2022)³²

Para a Dona Francisca, a população local cresceu ao longo dos anos, mas isso se deve ao crescimento das famílias, pais, filhos, netos... e mesmo com as instalações dos empreendimentos e a geração de novos empregos, não surgiram pessoas de fora querendo morar na comunidade, para ela: “Morador tem... No caso de fora é pouco, mas aqui é assim, é pai, é filho, é avô, é neto, é sobrinho, é tio, é assim, é as família mesmo.”

Com o crescimento populacional e as empresas sendo instaladas na região, os conflitos decorrentes das oportunidades de emprego foram surgindo. As associações passaram a ser requisitadas para indicação de moradores com perfil para determinadas vagas nas empresas terceirizadas pelos empreendimentos locais.

Aí eu me afastei, fui trabalhar fora, aí trabalhei dois anos, dois anos só, e retornei à comunidade em 2000... em 2000 não, com dois anos depois. Quando eu cheguei na comunidade, a associação que a gente tinha largado regularizada, aí apareceu pessoas pra querer ser dono da associação. Foi quando a Petrobrás começou a *surgir* vaga de emprego, e as associações começaram a se despertar por querer vaga de emprego nas terceirizadas da Petrobrás. E aí eles... Tinha um rapaz que ele era o vice-presidente, a presidente era uma pessoa boa, né, ajudava e tudo, mas o vice-presidente, a comunidade tinha uma insatisfação. Ele comandava a água do SAAE, ele era quem fazia as ligações, era quem ligava e desligava a água. Pra encher a caixa d'água pra fornecer água pra comunidade. Então a comunidade ficou um pouco presa a ele, né? (Sr. Jonielson, 2021)

Mesmo com as novas oportunidades, as antigas formas de trabalho e geração de renda continuaram existindo, não foram substituídas. A produção agrícola e a farinha – principalmente – seguiram sendo produzidas. Além disso, há o fato de que muitas pessoas tiveram que ser indenizadas pela perda de parte de suas terras para a exploração do petróleo de superfície. Com o valor da indenização, muitas pessoas reduziram a intensidade ou passaram a não trabalhar na roça; para a Dona Zé, não houve nenhum benefício ligado aos empreendimentos.

Eu não acho nada. Nunca achei nada. Eu sempre trabalhei, vivi assim, na minha luta,

³² Entrevista realizada presencialmente na casa de farinha de Dona Zé, no dia 12 de outubro de 2022.

também nunca me procurei nada, não achei grandeza nenhuma. Grandeza chegou pra quem tinha um terrenozinho, que a Petrobras tomou conta, indenizou, fez aquele negócio, como é que chama? Servidão³³!

Realizei algumas entrevistas através do *Google Meet* (como explicado anteriormente), mas entre os interlocutores, um deles pediu que fosse realizado pessoalmente, mesmo recebendo auxílio da liderança para utilização da tecnologia, ele afirmou que só daria a entrevista “cara a cara”, sendo assim, só foi possível entrevistá-lo após imunização com a vacina. Assim, todos imunizados e utilizando de máscaras faciais, a entrevista com Sr. Zé Pequeno, 83 anos, e sua filha Sra. Leninha, com 53 anos de idade, foi realizada.

Sentados à sombra de uma mangueira numa tarde ensolarada, ao buscar saber como era a atuação dos empreendimentos na comunidade, ele fala sobre a sua dificuldade em receber a indenização por servidão e explica que mesmo após ter realizado todos os procedimentos legais, o processo ainda corria sem nenhuma expectativa de resolução.

Sua insatisfação era evidente durante todo o diálogo. Independente do assunto da conversa ele sempre achava um jeito de inserir um detalhe de seu desconforto com a situação. Por que se os dutos do empreendimento petrolífero passa pelas suas terras, deveriam indenizá-lo pelo uso, o que não acontecia até o dia dessa entrevista (janeiro de 2022).

A liderança, Sr. Jonielson, também explicou sobre o processo que outros moradores passaram e afirma que esses procedimentos demoram muito, segundo ele, diante do exposto por Sr. Zé Pequeno, não havia outra atitude que não a de aguardar o resultado do processo.

Imagem 14 - Conversa com Sr. Zé Pequeno e Sra. Leninha

³³ Tipo de indenização conferida pelos empreendimentos aos moradores que tem suas terras invadidas por dutos e poços de petróleo. Mais informações podem ser acessadas em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365compilado.htm



Da esquerda para direita, Sr. Zé Pequeno, sua filha Sra. Leninha, e eu, autora. Foto: Sr. Jonielson, 2022

Para ele, os dutos que passam pelas suas terras limitam-na quanto a sua utilização porque ele não pode manejar a área próxima aos dutos pelo risco de explosões que esses equipamentos podem causar, e mesmo consciente desses processos, a possibilidade de receber a indenização e poder melhorar a qualidade de vida da sua família era algo desejado por todos, segundo Sr. Zé Pequeno e confirmado por sua filha, Sra. Leninha.

A busca por melhores condições para o bem viver tinha interferências direta e indiretamente dos empreendimentos. Seja porque podem receber a indenização por servidão ou porque conquistariam emprego em alguma terceirizada ligadas aos empreendimentos de exploração local.

O trabalho de preparação da farinha pode ser realizado por uma ou mais pessoas, isso depende do objetivo da produção, se para uso pessoal ou para comercialização, nesse segundo caso, como o volume de mandioca é superior e demanda tempo para sua preparação, é comum que a produção seja feita por um grupo grande de pessoas. Na foto que segue abaixo, o homem à esquerda produzia farinha enquanto sua esposa trabalhava em alguns procedimentos relacionados à produção e, ao mesmo tempo, cuidava da filha.

Imagem 15 - Produção da Farinha



Da esquerda para direita, senhor Elbert, sua esposa Natiele e a filha. Foto: Ismael Silva, 2022

Tratando-se de produção para comercialização e, em grande quantidade, o grupo precisa ser maior e a forma de produção é compartilhada em todas as etapas, ainda assim, o que demanda de maior força física, os homens têm o protagonismo.

Imagem 16 - Raspagem coletiva da mandioca



Moradores raspando mandioca em uma das casas de farinha. Foto: Ismael Silva, 2022.

Segundo eles, a farinha que produzem é comercializada na sede da cidade de Alagoinhas e que a falta de estrutura para transporte impossibilita a distribuição para outras localidades. Expondo assim uma situação de falta de investimento do poder público com relação

ao fortalecimento da economia local e valorização dos saberes e práticas na produção de farinha, um dos principais alimentos de parcela significativa do povo baiano (não somente).

1.4 No chão da realidade: O compasso e o descompasso da mitigação

“A exploração da terra, de sua superfície e de suas entranhas (minérios, petróleo, água e mais), exprime bem o quanto a relação usurpadora da propriedade se mantém como forma discursiva que pode ser acionada em momentos nos quais à terra se aventa outros destinos, outros usos, outros significados. Para o caso brasileiro, a terra concentrada em poucas mãos emblema de maneira exemplar uma relação de poder que muitos dos autores identificados como intérpretes do Brasil tomaram como traço distintivo do país e de seu povo.” (BORGES; SANSONE; FURTADO, 2016, p. 437)

A comunidade já se constituía como tal antes mesmo dos empreendimentos começarem os processos de operação³⁴. Com a chegada deles, os processos de exploração do petróleo e plantio do eucalipto mudaram as configurações territoriais locais e a forma como a população se relacionava com a terra. A limitação das áreas estava imposta e marcada com cercas metálicas, placas e equipamentos. No curso das mudanças, cabe discorrer, mesmo que brevemente, sobre os aspectos relativos ao processo de licenciamento ambiental que resultou nas condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais, INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conseqüentemente, nos projetos³⁵ de mitigação em questão. Por condicionante entende-se:

A condicionante de Educação Ambiental (EA) está subsidiada na Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (PNEA), em seu Art. 3º, item V, e se configura como mecanismo institucional, normativo, técnico e pedagógico na medida em que possibilita a reflexão acerca dos impactos ambientais advindos de empreendimentos submetidos aos procedimentos de regulação ambiental, além de estimular a governança e a sustentabilidade socioambiental na sua área de abrangência.

O licenciamento ambiental é uma exigência impostas aos empreendimentos e que conforme a Lei 6.938/81, art. 10, da Política Nacional do Meio Ambiente, definindo que:

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do

³⁴ O campo de Buracica começou sua operação em 31 de maio de 1959. Com Área de Desenvolvimento de 33,36 km², está localizado na porção emersa da Bacia do Recôncavo, no município de Alagoinhas, a cerca de 90 km a nordeste da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. Já no caso do empreendimento de plantio de eucalipto, iniciou em 1981 os trabalhos no município.

³⁵ A utilização do plural neste caso se dá pelo fato de existir vários projetos mitigatórios em curso na comunidade pesquisada.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis. (BRASIL, 2007, p. 9)

Nesse processo, para cada etapa prevista no projeto do empreendimento é preciso a obtenção de uma licença específica. “O licenciamento é composto por três tipos de licença: **prévia**, de **instalação** e de **operação**. Cada uma refere-se a uma fase distinta do empreendimento e segue uma sequência lógica de encadeamento.” (BRASIL, 2007, p. 10, grifo meu). No caso da Licença Prévia (LP),

A LP deve ser solicitada na fase preliminar do planejamento da atividade. É ela que atestará a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovará sua localização e concepção e definirá as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos do projeto. Sua finalidade é definir as condições com as quais o projeto torna-se compatível com a preservação do meio ambiente que afetará. É também um compromisso assumido pelo empreendedor de que seguirá o projeto de acordo com os requisitos determinados pelo órgão ambiental. (BRASIL, 2007, p. 17)

Para emissão dessa licença, são considerados o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente, mais conhecido como EIA/RIMA. Nessa fase, são analisadas a amplitude e abrangência dos impactos socioambientais, assim como são consultados e ouvidos os órgãos ambientais e a comunidade, que discutem as compensações, mitigações e viabilidade ambiental diante dos impactos indicados nos estudos supracitados.

No caso da Licença de Instalação (LI) “antes do início das obras, deverá ser solicitada a licença de instalação junto ao órgão ambiental, que verificará se o projeto é compatível com o meio ambiente afetado. Essa licença dá validade à estratégia proposta para o trato das questões ambientais durante a fase de construção” (BRASIL, 2007, p. 18). Nessa etapa, ficam estabelecidas as medidas mitigatórias e de compensação ambiental a serem desenvolvidas pelo empreendimento que será instalado.

No processo para obtenção do Licenciamento de Operação (LO) que “autoriza a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas nas licenças anteriores” (Idem, p. 19), os empreendimentos do ramo petrolífero, de plantio do eucalipto e produção de gás devem cumprir com as condicionantes exigidas pelo INEMA e pelo IBAMA, de acordo com o descrito:

As licenças ambientais, conforme definido pela Resolução CONAMA no 237/1997, são o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas

efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (BRASIL, 1997)

Nesse sentido, os empreendimentos precisam comprovar que estão executando as condicionantes através do desenvolvimento de projetos de mitigação socioambiental. Para isso, realizam os processos de contratação da empresa executora via licitação. A partir da contratação de empresas terceirizadas, os projetos são desenvolvidos (conforme descrição abaixo) e com as evidências comprobatórias sua realização (fotografias, lista de presença, relatórios descritivos etc.), os empreendimentos renovam as licenças de operação junto aos órgãos ambientais, seja o INEMA e/ou IBAMA.

Dentro desses procedimentos apresentados, foi sentida a falta da participação das comunidades que lidam diariamente com os efeitos sociais gerados por esses empreendimentos, e que merecem ser ouvidas sobre a efetividade da mitigação pretendida com esses projetos. Já que a “participação social” é tutelada pelos empreendimentos através de alinhamentos junto à equipe executora.

Em minhas experiências profissionais atuando no desenvolvimento de projetos de mitigação socioambiental, com duração bianual³⁶ cada, circulei por comunidades urbanas e rurais de diferentes municípios baianos e conheci realidades das mais diversas. Seja pela falta de água potável, seja porque a terra infértil ou porque havia conflitos internos entre lideranças, mas independente da comunidade, todas eram afetadas pelos efeitos sociais provocados pelos empreendimentos em funcionamento na região, sejam eles positivos e/ou negativos.

Nessas experiências, sempre vinculadas às empresas terceirizadas³⁷, que tinham o papel de cumprir com as condicionantes socioambientais, minha função se limitava a realizar ações que tinham como plano de fundo questões relativas à organização comunitária. Como minha formação acadêmica é nas ciências sociais, tudo que a empresa executora entendia como “social” era de minha³⁸ responsabilidade e aos colegas com formação nas engenharias e agronomia ficavam com a parte ambiental, basicamente, as de educação ambiental.

Trata-se de típico instrumento de prevenção de danos ambientais, visto que é nesse procedimento que o órgão ambiental licenciador verifica a natureza, dimensão e impactos (positivos e negativos) de um empreendimento potencialmente poluidor e, a partir de tais constatações, condiciona o exercício da atividade ao atendimento de inúmeros requisitos (chamados de condicionantes) aptos a eliminarem ou reduzirem ao mínimo os impactos ambientais negativos. (BECHARA, 2007, p. 112)

³⁶ A cada dois anos era aberto o processo licitatório para contratação da empresa que executará o projeto.

³⁷ Cabe destacar que as empresas eram constituídas enquanto instituições com foco em comunicação e que a presença de profissionais das ciências humanas ou sociais eram em menor número e as experiências oriundas de trabalhos com comunidades eram limitadas.

³⁸ E de outros colegas com formação em comunicação e serviço social, por exemplo.

Nos projetos de mitigação socioambiental em que atuei, as ações eram previstas em a partir de três linhas de ação, a saber: Organização Comunitária, Educação Ambiental, e Educomunicação. O Documento Técnico Orientador para o Desenvolvimento da Condicionante de Educação Ambiental na Regulação Ambiental era utilizado como base para pensar as ações indicadas acima, com isso, sigo abaixo relacionando o que é definido no documento técnico e como algumas ações eram realizadas. Era realizada a primeira visita para conhecer as comunidades, suas respectivas lideranças, perfil organizacional, e qual o potencial produtivo. Após isso, as ações indicadas abaixo passavam por estruturação para sua realização.

Educação Ambiental (EA) - Após a primeira visita, eram listadas pelos técnicos que foram ao campo, quais comunidades possuíam o perfil para as ações com foco em Educação Ambiental. As comunidades rurais e com alguma produção agrícola tinham prioridades para serem escolhidas a recepcionar oficinas e palestras que versavam sobre agroecologia, compostagem, reciclagem etc. Mas não existia garantias de que todas passariam por essas atividades porque isso dependeria do recurso previsto para execução dessas ações. Na Lei Estadual nº 12.056/2011, por Educação Ambiental:

entende-se o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra. (2018, p. 1)

A partir do relato de Dona Francisca, a formação proporcionada por uma oficina de produção de adubo orgânico por um dos projetos de mitigação, gerou mudanças na forma de adubar a terra. Antes utilizavam agrotóxico e após o curso passaram a utilizar o adubo produzido por eles mesmos.

A gente não usa esses adubo químico não. A gente usava, mas agora não usa mais não. A gente teve um curso pra aprender a fazer o adubo, pra aprender a plantar, porque no caso, o que a gente usava não tava certo. A gente teve o curso pra aprender a plantar, pra aprender a fazer o adubo, fazer horta.

Além da criação de espaços coletivos e voltados para fortalecimento comunitário e produção orgânica como é o caso da horta mandala produzida com apoio técnico de um dos empreendimentos locais.

Imagem 17 - Horta Mandala

Horta mandala comunitária. Foto: Serrinha, 2022.

Organização Comunitária (OC) - As comunidades urbanas, com pouca ou nenhuma produção agrícola, eram inseridas dentro das ações previstas como de organização comunitária que tinham como objetivo colaborar nos processos de criação de associação, organização documental, orientações para captação de recursos etc. Da mesma forma que nas ações de Educação Ambiental, não existia garantias de que as comunidades com o “perfil” para Organização Comunitária receberiam as ações definidas para tal. Assim como, se alguma comunidade com forte potencial agrícola demandar também de orientações que estavam previstas na Organização Comunitária, ela não teria acesso.

Algumas associações foram criadas nessas ações de OC. A proposta era contribuir para o engajamento da comunidade em prol de melhorias para a coletividade. Entendiam que uma associação comunitária poderia ajudar nesse processo. Com isso, mesmo já havendo associações na mesma comunidade, a criação de uma nova não era um fator limitador para as executoras dos projetos de mitigação.

O Sr. Jonielson relata um episódio onde essa situação ocorre, “[...] E aí o pessoal me chamou pra abrir uma associação. Aí eu tinha uma amizade com uma pessoa que me prestava muito serviço, uma assistência técnica, pra comunidade, de organização comunitária.”

E aí eu juntei com a comunidade, ela ajudou a elaborar estatuto, elaborar documentação, tudo, e a gente fundou uma associação, que é a ADESAP, Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social dos Agricultores Familiares e

Moradores, né, a gente abrange todos os moradores da comunidade, sendo agricultor, não sendo, sendo jovem, sendo velho... De toda forma a gente abrange, né. (Sr. Jonielson, 2021)

Sede de uma das associações criadas com apoio técnico de uma das profissionais que prestou serviço para um dos empreendimentos, conforme descrito pela liderança local acima. Além de apoio de políticos e voluntárias no processo de captação de recursos e elaboração de documentos técnicos para construção da sede.

Imagem 18 - Sede da ADESAP



Sede da associação comunitária recém-construída. Foto: Sr. Jonielson, 2022

Educomunicação ou Comunicação Social (CS) - Essa atividade tinha o propósito de comunicar sobre os riscos e cuidados que os moradores das comunidades deveriam realizar para evitar acidentes, explosões e conseqüentemente, o óbito. Mais conhecida como Comunicação de Risco, essa linha de ação deveria ser realizada anualmente, de forma obrigatória em todas as comunidades listadas. O que nem sempre acontecia. Cada empresa tinha autonomia para pensar no formato, algumas realizavam na própria comunidade, outras realizavam agrupamento de comunidades e realizavam eventos de médio porte, e contavam com um número mínimo de pessoas por comunidade.

Nas atividades de Comunicação Social, mais conhecidas como Comunicação de Risco entre os moradores da comunidade, o cuidado com a forma de compartilhar as informações sobre os riscos e cuidados que os moradores deveriam ter com os equipamentos era evidente

por parte do empreendimento. O que também somam aos formatos “lúdicos” para transmitir as informações. Para BRONZ (2019), esses ensaios acabam se tornando sessões de “estereótipos sociais”.

Na performance de consultores e empreendedores, a analogia com o teatro se materializa nos ensaios de equipe, que precedem os momentos de apresentação pública dos empreendimentos. Os ensaios servem para a revisão das falas e das apresentações de PowerPoint. Nas dinâmicas, as apresentações costumam ser seguidas de simulações da participação do público. (p. 21)

Nesse sentido, a partir da descrição das três linhas de ação de um dos projetos de mitigação socioambiental em que atuei, problemas percebidos ao longo da execução e expostas pelos beneficiários de projetos deixaram evidente as fragilidades e pouca resolutividade às necessidades e anseios deles. Sigo com observações realizadas a partir das experiências na execução desses projetos e seus entrelaçamentos.

Mesmo levantando discussões em torno da sustentabilidade e despertando os moradores para um tipo de produção agrícola dentro da perspectiva agroecológica, os projetos parecem limitados ao que um dos meus interlocutores define como “palestra”, ou seja, as ações ficam restritas ao campo da teoria e falta-lhe a prática.

Com o passar do tempo, as constantes mudanças na equipe de trabalho e o meu crescente contato com as comunidades “beneficiadas”³⁹ com as ações de mitigação, recebi a missão de ficar responsável por comunidades que, para o empreendimento e empresa executora, eram classificadas como “problemáticas”. As “problemáticas” eram as comunidades com alto nível organizacional, com poder de mobilização e que já tinham em seu histórico ações como paralisações, fechamento de estrada e de denúncia pública via redes sociais⁴⁰ contra os empreendimentos que exploravam na região.

E o histórico dessas comunidades era compartilhado entre as empresas que saíam com a que ganhava nova licitação, para continuar desenvolvendo o projeto. Este repasse de informações contribuiu para ampliar a tensão na relação entre equipe executora e comunidade e gerou entraves para a aplicação das condicionantes e consequente falta de resultado ou fragilidades na mitigação proposta para ser promovida na comunidade.

Nesse processo, como a equipe era dividida entre duplas, um profissional para cuidar das atividades de cunho social e outro profissional para cuidar da parte ambiental. Cada dupla

³⁹ Neste caso, utilizo as aspas como forma de relativizar esse beneficiamento já que, em realidade, a mitigação como o próprio significado do termo, visava diminuir os impactos provocados e que, em casos específicos, não possuem sucesso.

⁴⁰ Com a intenção de preservar a imagem dessas comunidades, não farei a exposição de seus nomes, mas posso indicar que elas ficavam nos municípios de Pojuca, Alagoinhas e São Francisco do Conde.

ficava responsável por um grupo de municípios e cada município possuía suas respectivas comunidades listadas pelo empreendimento e aprovado pelo INEMA. Assim, cada dupla de técnicos seguia para as comunidades que lhes eram incumbidas com o objetivo de conhecê-las e na sequência programar as ações futuras já previamente estabelecidas.

As atividades já eram pré-definidas, não havia consulta prévia e, mesmo quando havia, precisava passar pelo crivo dos coordenadores, que, por sua vez, precisavam da autorização da empresa executora. Nesse sentido, mesmo quando a comunidade desejava receber algum tipo de atividade em específico, a aprovação dela dependia das decisões dos chefes aos quais os técnicos de campo estavam subordinados. E isso demonstrava um processo de organização e hierarquização dentro de uma verticalização muito dura porque desconsiderava os interesses e, às vezes, as necessidades das pessoas que já passaram por vulnerabilidades.

O que, geralmente, parece simples pode provocar alargamentos em violações e ampliação de sistemas de vulnerabilidade que geram a incapacidade das pessoas em conseguirem se mover na direção da qualidade mínima de vida. Então, nesse sentido, questões simples como a decisão entre aprovar ou não o que a comunidade deseja pode reverberar em processos de continuidade de violências.

E com isso, a insatisfação se avoluma e se soma a outras insatisfações ao ponto de gerar ações que acabam tornando essas comunidades “problemáticas”. Tim Ingold faz uma analogia sobre problemas pequenos que podem ser devastadores quando o mesmo fala sobre um clássico da literatura infantil “Não existe nenhum dragão” de Jack Kent, afirma que:

problemas inicialmente pequenos - se nós tivermos medo de reconhecê-los ou de falar o seu nome por medo de infringir as normas da conduta racional - podem crescer até o ponto em que a vida social ordinária não possa ser sustentada. Eu acho que, atualmente, existe um dragão em nosso meio, e ele está crescendo até o ponto em que se torna cada vez mais difícil levarmos vidas sustentáveis. (INGOLD, 2012, p. 29)

Assim, segui trabalhando junto a essas comunidades, o que por vezes demandava que atuasse na mediação de conflitos. Porque ao menor sinal de descontentamento alguma atividade prevista para ser realizada poderia não acontecer. As reclamações eram das mais diversas. Em um dia de oficina de organização comunitária, ao organizar o espaço onde ficaria o lanche, ao retirar as caixas de suco do cooler, uma liderança fala em alto e bom som que “nós não tomamos suco artificial, nós temos frutas aqui”.

Essa fala chamou atenção pelo fato de que assim como as atividades não eram definidas levando em consideração o que as pessoas desejavam, os lanches não, pois não havia consulta, a empresa executora definiu um valor limite a ser gasto com esse item do contrato e os técnicos

que iam ao campo precisavam respeitar adquirindo produtos em espaços que pudessem emitir nota fiscal com inserção do CNPJ da executora. Inviabilizando qualquer possibilidade de compra de lanches produzidos pelas comunidades e contribuir para o fortalecimento da economia local e valorização de seus produtos.

As comunidades que acompanhavam as oficinas teciam críticas regularmente, criticavam o tipo de lanche oferecido, a falta de atividades práticas que fizessem eles “colocarem a mão na massa”, como diz a liderança local. A falta de ações que os conduzissem para melhorias visíveis e a escassez de materiais de apoio faziam com que as organizações sociais e comunitárias não desejassem receber as atividades de educação ambiental, organização comunitária e muito menos, participarem das ações de comunicação social.

Eles entendiam as atividades como “palestras”, alegavam que o projeto mudava de empresa e “começava tudo novamente”, visitas e mais visitas para falar as “mesmas coisas”, relata um morador. A crítica pela descontinuidade das ações que gostavam por “palestras”, somadas às oficinas cujo tema era proposto pela empresa sem nenhuma consulta prévia, gerava um imenso amontoado de queixas e, em alguns momentos, boicotes às reuniões locais. Os moradores não compareciam nas atividades marcadas e não facilitavam novas marcações.

O que, em muitos casos, colocava os técnicos em condição de vulnerabilidade e mediação do conflito. De um lado, a empresa executora exigia a realização das ações; e do outro lado, as comunidades rejeitando o “pacote pronto” proposto na mitigação. O muro que separava a realização dos desejos e necessidades dos moradores do cumprimento das atividades propostas era delimitado pelo “valor da atividade” aprovado no projeto aprovado pelo empreendimento no processo licitatório.

Ou seja, como o orçamento proposto para o projeto de mitigação era muito limitado, as empresas executoras tinham pouca mobilidade para contemplar os interesses da comunidade. O que não tira a responsabilidade do empreendimento que seleciona uma empresa pelo menor preço apresentado, já que o processo de licitação rege o processo de contratação. Representando assim, a garantia de ações pouco qualificadas ou o não cumprimento do objetivo principal do projeto, mitigar os impactos. Segundo a autora Deborah Bronz:

Uma boa parcela dos gastos empresariais destina-se à produção de uma licença menos custosa para o empreendedor, em relação aos valores destinados às medidas de compensação e mitigação, considerando que o número de condicionantes que ela contém está diretamente associado aos processos de negociação desenrolados nesse período. Investe-se muito no licenciamento, para se gastar menos no futuro. (2019, p. 28)

Em todo período⁴¹ em que estive na execução dos projetos, em nenhum momento o INEMA realizou a fiscalização das ações, nem mesmo os demais companheiros de equipe haviam presenciado ou ouvido falar sobre a fiscalização. O empreendimento realizava a fiscalização com o envio de técnicos para acompanhar a realização de algumas atividades, normalmente participavam nos primeiros meses, mas sempre com comunicado prévio. Nesses momentos, havia uma tensão criada pela executora para que tudo fosse realizado conforme definido na tabela de medição.

Cabe esclarecer que essa tabela de medição é um documento que define todos os itens previstos para realização de cada atividade dentro do projeto de mitigação, consta o número mínimo de pessoas por atividade, se oferta de lanche ou não, materiais e equipamentos, total de ações por tipo etc. Era com base nesse documento que os empreendimentos, através do acompanhamento de seus fiscais, avaliavam as atividades realizadas e aprovavam ou negavam de acordo com o cumprimento de seus objetivos.

Para Cieza (2018), “Os relatórios de acompanhamento têm como finalidade informar o que está funcionando ou não, fornecendo ferramentas para aprendizagem dentro [da] AIA [Avaliação de Impacto Ambiental] e possibilitando o uso da informação por outros empreendimentos.”. Contudo, quando esses relatórios não são elaborados com os cuidados demandados, os demais empreendimentos que utilizarem esse documento incorrerão em equívocos e darão continuidade aos erros cometidos anteriormente.

Considerando a necessidade de se adotar um padrão de qualidade analítica, é fundamental o estabelecimento institucional de diretrizes para apreciação da pertinência das medidas mitigadoras apresentadas pelo empreendedor e responsáveis pelo EIA e mecanismos de consulta à população durante a elaboração do EIA. (p. 52)

Para Flávio Santos (2019), os relatórios produzidos sobre as comunidades são utilizados para subsidiar ações de instituições públicas e privadas na mesma (o que confirma a relevância do documento). O mesmo ocorre com os relatórios produzidos pelos empreendimentos sobre a realização das condicionantes, a depender do cenário exposto, a vida dos moradores da comunidade pode sofrer intervenções das mais diversas, não necessariamente benéficas.

“Os relatórios trazem grandes repercussões na vida social dos grupos quilombolas estudados, uma vez que subsidiam inúmeras intervenções públicas (e privadas) e contribuem para reposicionar estas comunidades no âmbito das correlações de poder instituídas e perante o próprio Estado.” (SANTOS, 2019, p. 42)

⁴¹ Nos anos de 2019 a 2021.

Paula Dias (2014), em seu artigo “‘Ligando os pontos’: Petróleo, educação ambiental e mobilização quilombola na ‘Bacia de Campos’, Brasil”, apresenta considerações sobre sua pesquisa de mestrado construindo uma etnografia com foco nos projetos de educação ambiental realizados por um empreendimento petrolífero, demonstrando os conflitos entre os atores envolvidos nesse processo, o que, para mim, dialoga e em muitos momentos espelha o vivenciado. Segundo a autora,

A maior fonte de conflitos das reuniões do projeto é a tensão entre implementar um processo educativo de formação política, como determinado na nota técnica e no plano de trabalho, e atender aos pedidos das lideranças comunitárias, organizadas politicamente de maneira diferenciada. As diretrizes do IBAMA e, conseqüentemente, os planos de trabalho dos projetos de educação ambiental, visam modos de organização política e participação que não correspondem à realidade das comunidades quilombolas. (DIAS, 2014, p. 195)

Na relação entre “levar os outros a sério”, proposta por INGOLD (2019), e os julgamentos dos funcionários entrevistados por DIAS (2014) em sua etnografia, posso compreender que há uma perspectiva de que os “comunitários⁴²” exigem dos empreendimentos o que não é de responsabilidade deles, e isso embute um olhar que deslegitima os apelos sociais colocando em xeque as lideranças locais e desconsiderando o que efetivamente é mitigado pelos empreendimentos. Não se trata de infantilizar ou sobrepor uma capa de ingenuidade nos moradores dessas comunidades, sejam elas lideranças ou não. Mas de levar a sério suas demandas e horizontalizar os processos de diálogo e negociação. Nas palavras de Dias:

De acordo com um funcionário da petroleira, o maior obstáculo na implementação dos projetos de educação ambiental é delimitar o escopo da responsabilidade da empresa sobre a comunidade. Na visão desse interlocutor, as comunidades normalmente veem qualquer tipo de iniciativa de responsabilidade social como uma “banca de projetos”. O funcionário da empresa associava essas demandas de projetos às tradições “brasileiras” de paternalismo e falta de iniciativa, assim como à falta de legitimidade de lideranças locais. Esse funcionário vê a obrigatoriedade dos projetos de educação ambiental como uma proteção à empresa em relação às demandas de comunidades locais.

Os empreendimentos sabem o que buscam em suas explorações. As pessoas “afetadas” ou “atingidas” por esses empreendimentos sabem exatamente e sentem diariamente as mudanças decorrentes de sua operação local. “Os grupos sociais ao serem classificados como “atingidos” ou “afetados” tornam-se sujeitos de um duplo reconhecimento, aquele que o vincula aos efeitos dos empreendimentos e aos direitos sociais assegurados pelo Estado” (2014, p. 133).

⁴² Termo utilizado para classificar os moradores das comunidades contempladas pelos projetos de mitigação.

Ouvindo os descontentamentos dos moradores da comunidade Fazenda Pindobal sobre as mudanças ambientais e sociais, quando me perguntaram “para onde vai os royalties?”, normalmente afirmo que essa será uma resposta que precisa ser buscada via Lei nº 12.527 de acesso à informação⁴³. Com isso, o lugar e posicionamento ocupado pelos “comunitários” só é possível porque sabem exatamente o que querem:

as investigações mostraram que o potencial que o conhecimento das experiências nativas em seus próprios termos propicia quanto ao entendimento dos efeitos sociais de grandes projetos cuja dramaticidade, como as iniciativas das guerras coloniais, promovem a explicitação dos valores e dos interesses que fazem os grupos sociais. (DAOU, 2010, p. 294)

Vale ainda destacar que após iniciado a pesquisa, já encerrado o vínculo com o projeto de mitigação, foi possível participar de reuniões promovidas pelos empreendimentos ocupando esse outro lugar, o de pesquisadora. Assim, fui convidada pela liderança local e apresentada como tal para a responsável técnica da empresa. A reunião visava apresentar algumas propostas de oficina, todas com foco na produção de alimentos, e sob a orientação da técnica presente, ficou proposto que um grupo de mulheres passariam por um curso para produção de biscoitos.

Imagem 19 - Reunião para realização de oficina



Reunião promovida pelo empreendimento de produção de celulose. Foto: Ismael Silva, 2022

⁴³ Para saber mais sobre a Lei: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2012.527%2C%20sancionada,Distrito%20Federal%20e%20dos%20munic%C3%ADpios.>

A reunião foi realizada na cozinha comunitária construída pelo empreendimento do ramo petrolífero e a oficina em questão utilizaria desse espaço, apesar de ser uma atividade do empreendimento do ramo da produção de celulose. Com isso, pode-se notar que em alguns momentos era possível entrelaçar os interesses empresariais com os da comunidade.

Contudo, buscando lançar luz aos efeitos sociais causados por grandes empreendimentos na comunidade rural Fazenda Pindobal, abordarei no segundo capítulo a perspectiva dos moradores sobre o assunto.

CAPÍTULO 2 - OS EFEITOS SOCIAIS DOS EMPREENDIMENTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS MORADORES DE FAZENDA PINDOBAL

Como cientistas, devemos ser produtores de conhecimento e, nesse empreendimento, o mundo fornece nossos materiais. Nós pesquisamos como exploradores e conhecemos os frutos. E nessa colheita - que é subsequentemente processada e, como costumamos dizer, "analisada" - está a produção do conhecimento.
(INGOLD, 2012, p. 28)

2.1 Costurando novos caminhos no campo

No desenvolvimento da pesquisa de campo, foram sentidas algumas dificuldades e necessidade de repensar abordagens e posição naquele espaço. Foi necessário contornar o caminho de aproximação dos moradores da comunidade, assim como, para reconquistar a confiança, não mais como uma técnica de campo na empresa executora do projeto de mitigação com um papel bem delimitado a cumprir, mas como uma pesquisadora interessada em conhecer o cotidiano vivido por eles/elas.

A imagem da técnica de campo não foi extraída da memória dos interlocutores ao longo de minhas interações, em alguns momentos, percebi o cuidado com o uso de palavras e no relato sobre problemas que reconheciam ser provocados pelos empreendimentos locais. Essa percepção foi alinhada com algumas tentativas de "atualizar" o lugar atual da pesquisadora e, entre as ações realizadas, cabe destacar especial atenção com a linguagem que foi trabalhada de maneira a não repetir termos específicos da época em que estive como técnica de campo.

Assim, eu buscava utilizar a linguagem de maneira mais coloquial, empregando uma simplicidade vocabular a partir do espaço de confiança e liberdade aos poucos conquistadas por mim, permitindo a expandir e aprofundar o diálogo.

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica. (BOURDIEU, 2007, p. 694)

Obviamente, essa separação não é inteligível, e convenhamos, talvez nem possível, não se trata de “água e óleo”, mas, sim, de deixar os objetivos da pesquisa nortear, ou melhor, “sulear” os processos etnográficos e das entrevistas em curso de modo a ressaltar uma nova relação com os moradores da comunidade. Dito isso, cabe explicar os caminhos utilizados para realização das entrevistas. As entrevistas apresentadas abaixo foram realizadas em momentos e formatos diferentes. Três delas conduzidas em espaço digital, utilizando o *Google Meet*, no período da pandemia, nos meses de março e abril de 2021, como forma de resguardar a integridade física dos envolvidos.

Cada imersão no campo era um momento completamente diferente no que tange à receptividade, formas de acessar as informações de que precisava e o nível de profundidade das informações compartilhadas. Percebi que, na medida que o tempo ia passando e eu ia acessando as mesmas pessoas, elas sentiam-se mais à vontade comigo, a preocupação sobre como estavam vestidas já não importava tanto porque passei a ser “da casa”, isso me deixou confortável e, aos poucos, conseguia voltar às questões já apresentadas sobre os efeitos dos empreendimentos na localidade e as respostas passaram a ser, a meu ver, mais livres.

Salientar esse cuidado na imersão no campo é relevante para apresentar os percalços enfrentados e que só puderam ser percebidos aos poucos no decorrer das entrevistas e diálogos aqui e acolá que ocorriam de forma aleatória durante algumas caminhadas na “roça”, como dizem os interlocutores, ou durante as entrevistas, quando percebi que as respostas chegavam sem muito detalhamento e sem carregarem expressões negativas, “sempre estava tudo bom”. Com isso, decidi pausar as entrevistas para dedicar mais tempo à convivência em campo.

Alpa Shah (2020) apresenta a defesa da perspectiva etnográfica e soma à necessidade da observação participante que, para ela, deve ser de longa duração, possibilitar a compreensão das relações sociais do grupo de pessoas pesquisadas, que seja holística por entender que todos os aspectos são fundamentais para compreensão da realidade social pesquisada e a intimidade, que é traduzida como “fazer amizade com estranhos” (SHAH, 2020, p. 381).

Se antes os empreendimentos eram apresentados como muito bons e responsáveis pela empregabilidade dos moradores locais, com o passar do tempo, os interlocutores passaram a falar sobre incômodos e observações relacionadas a mudança socioambiental que acreditam ser oriundas das ações desses empreendimentos. Esse processo me fez lembrar uma passagem do livro “O gosto das coisas etnográficas”, ao ressaltar uma problemática do trabalho de campo e nossos modelos de abordagens pensados previamente. Além do tempo em campo, defendo que os processos metodológicos devem ser pensados enquanto possibilidades, mas que a forma de

registro das informações deve considerar o que é dito, não dito e sentido durante a realização do campo. Conforme descrito abaixo, a experiência de Paul Stoller:

Tive sorte, porque descobri precocemente em meu trabalho de campo que as pessoas estavam mentindo para mim; alguns de nós não são tão afortunados, especialmente se não nos engajarmos em um trabalho de campo de longa duração. Mas bem-aventurado, tive a sorte de encontrar um ancião disposto a me aconselhar sobre o aprendizado das coisas Songai.

"Você nunca aprenderá sobre nós", ele me disse, "se você somente for aos compounds das pessoas, fazer perguntas pessoais e escrever as respostas. Mesmo que você permaneça aqui por um ou dois anos, e nos faça questões dessa maneira, nós ainda assim iremos mentir para você". (STOLLER, 2022, p. 196)

Com base em tais considerações, apresento as descrições e análises que seguem abaixo, na perspectiva dos moradores da comunidade Fazenda Pindobal, sobre os efeitos sociais causados pelos grandes empreendimentos que atuam na região e como os efeitos modificaram a estrutura e as relações sociais locais. Para isso, trechos, transcrições e algumas fotografias serão usadas para entrelaçar, da forma mais completa possível, as informações entre si.

2.2 O “Tabuleiro da COPENER”

Na área rural, a terra é a base fundamental da existência do grupo, porque ela congrega residência e sobrevivência. Um certo isolamento institui, em alguns casos, uma lógica endogâmica melhor estruturada. O tempo de ocupação consolida uma história mais sedimentada e vivenciada no presente onde a posse ou propriedade da terra é condição fundamental. (LEITE, 1991, p. 43)

Quando Dona Estrela falou que mora no “Tabuleiro da Copener” é porque sua **roça**⁴⁴ fica ao lado de uma plantação de eucalipto de um dos empreendimentos locais, ela diz: “Minha casa é junto com a Copener, meu **taco**⁴⁵ de terra é junto com a Copener, o **rumo**⁴⁶ é junto com aquele pé de monguba lá, se encostar tem problema”. Os limites impostos pelos empreendimentos aos moradores se referem a um aspecto da forma de se relacionarem com a terra e seus recursos naturais, aos caminhos que podem ou não servir de passagem, aos galhos secos de árvore que podem ou não ser recolhidos para uso na casa de farinha ou cozinhar no fogão de lenha. Em relato, Dona Estrela⁴⁷ expõe um episódio que indica esses limites.

⁴⁴ Por roça, são dados dois usos, e por isso é importante entender o contexto em que o termo está inserido. O termo roça pode ser a área utilizada para produção agrícola ou pode ser o terreno que envolve toda a área (casa, plantação...) da pessoa que fala.

⁴⁵ Taco de terra é utilizado como pedaço, quando Dona Estrela fala em taco de terra ela está se referindo ao pedaço de terra que lhe pertence.

⁴⁶ Rumo é como foi chamado o pé de monguba utilizado para marcar a fronteira entre sua roça e as terras do empreendimento de plantação do eucalipto.

⁴⁷ Entrevista realizada dia 12 de outubro de 2022, na casa da interlocutora.

“Ah minha véia, uma vez eu tava fazendo uma casa aqui e meu genro e meu filho não sabia, tirou a metade da Copener para fazer madeira de casa, a polícia baixou aqui não sei quantas vez, huhuhu, foi... a polícia baixou, Tenente... [*inaudível 00:05:16*], não sei o que que ele é. Que eu fui tirar meu sobrinho. E venha cá! (meu sobrinho): ‘a casa é de minha tia’. Mas ele não sabia que era rumo de Copener. Um dia eu fui lavar lá em baixo quando eu cheguei aqui, meu filho já chegando... ‘nós já tiramos a madeira casa quase toda’, da monguba da terra ooh rapaz, a polícia já baixou aqui não sei quantas vez, tinha aqui uma casa velha ali, uma casa ali veia, meu filho se escondia dentro da casa quando via o carro vindo.

Dona Estrela seguiu descrevendo suas experiências com o empreendimento do ramo da celulose. Em seu relato, ela conta episódios em que estava construindo uma casa de taipa e que, ao recolher galhos de árvore nas proximidades das terras da Copener, a polícia foi acionada e queria levar seu sobrinho. Em outro episódio, tentaram levar seu filho. Cabe destacar que a interlocutora é uma senhora com idade avançada, e mesmo com a memória em perfeitas condições, sua fala é de difícil compreensão, o que foi um desafio porque sua narrativa era relevante para a pesquisa, mas eu precisava de um esforço maior e, por algumas vezes, solicitei ajuda da filha para entender algumas coisas ditas por ela.

Quando é um dia de manhã eu tô ali catando um andu até mais minha irmã, a polícia baixou. Inventaram que meu genro tava já panhando eucalipto pra fazer taipa. Eu digo: não... meu genro não nunca fez casa de Copener não, de eucalipto não. Aí a minha irmã disse assim: ‘Cala a boca!’... ‘viu como ela mandou a outra calar a boca?!’, mas eu ainda venho aqui, eu digo: Venha! Venha! Venha que meu genro não fez casa de Copener. Um dia meu filho tirou um pau seco ali pra cozinhar amendoim, mas o fuxico quando acabou, meu filho foi chegando da rua aí me deu a caixa...aí ele veio para levar meu filho, ‘Como é o nome do seu filho?’ Eu digo, eu não sei o nome do meu filho não. -‘olha aí, a mãe não sabe como é o nome do filho, a mãe não sabe como é o nome do filho’. -E o que que quer aqui? Veio levar meu filho por causa de um pau pode [podre] que meu filho panhou ali? Meu filho o senhor não vai levar não, não vai mesmo!”

No mesmo fluxo, Dona Bela fala que a relação do empreendimento que planta eucalipto na comunidade é complicada, isso porque ignora-se aspectos relativos à saúde das pessoas que moram próximos de suas plantações quando o empreendimento realiza a pulverização de agrotóxico com helicóptero e todo o odor é levado pelo vento para as casas vizinhas. O que acaba expondo as pessoas ao veneno que, segundo ela, sentem um odor muito forte e depois ficam por certo tempo sem sentir cheiro, além da dor de cabeça. Afirma que mesmo fechando toda a casa para evitar do odor entrar, de nada adianta.

Quando a autora Cíntia Müller (2006) apresenta em sua tese que “um ‘terreno’ de negro, assim, representa uma parcela de terra em constante risco de expropriação por parte da sociedade branca detentora de um saber técnico jurídico específico” (p. 147), cabe a reflexão

sobre o processo de instituição de relações de uso do solo e de seus recursos pelos brancos e a imposição delas perante os povos não brancos.

Trata-se de exercício de poder sobre as comunidades, que, mesmo ocupando suas terras ancestrais, sofrem com o desconhecimento ou com a falta de ferramentas para contestação das decisões técnicas e jurídicas impostas aos moradores da comunidade pelas instituições/empresas que se apropriam de espaço geográfico onde antes haviam “territórios de ocupação interacional” e mudam a forma de apropriação e significação desse espaço com a criação de fronteiras, limites quanto ao uso daquele espaço que antes integrava a territorialidade do grupo.

Territórios de ocupação INTERACIONAL: Têm como características principais o fato de serem locais de encontro e troca, nem sempre fixos, permeados por códigos simbólicos de pertencimento, que os diferenciam dos demais. Não se baseiam no parentesco consanguíneo, mas não o exclui. Acontecem a partir de um encontro marcado, com hora, local e data. Instituem certos tipos de prática: o comércio em mercados, praças e esquinas; o lazer em bares, galerias, praças, esquinas e clubes; a religião em igrejas, centros e terreiros; a política, em livrarias especializadas, reuniões em locais. (LEITE, 1991, p. 42-43)

Em alguns desses territórios compreendidos como interacionais ocorreram muitos diálogos de pesquisa, na sede da associação, na casa de farinha ou nas roças. Conversando com moradores, num momento pós-reunião da associação, no espaço da casa de um interlocutor, era uma tarde de sol e estavam alguns homens e mulheres adultas⁴⁸ e idosas (nesse dia, não havia nenhum jovem). A conversa foi se desenrolando ao ponto de apresentarem uma espécie de “choque de crenças” e formas de viver. Refiro-me ao fato de que os moradores presentes eram compostos por católicos e evangélicos, recorte que apontava distinções nas características morais dos comunitários.

Essa relação dos moradores que são católicos com os que são evangélicos provoca entraves no diálogo e um distanciamento que acaba interferindo nas relações pessoais e na realização de atividades coletivas, segundo o senhor Serrinha, as mudanças ocorridas possuem uma relação direta com a religião, assim, ele descreve:

Ô Fernanda, (riso) é rapaz, é uma história longa e um pouco complicada. Na verdade, tinha essa posição, eu mesmo alcancei, e a gente saía pelas estrada cada um com a velinha de noite orando e tudo, como existia também aquele... aquela parte do sábado de Páscoa, Domingo de aleluia, esse tipo de coisa. Então a gente fazia aquelas noites de festas, reunia um grupo de pessoa aí ficava nos terreiros das casas contando história. Tinha uma tal de uma história chamada “pinta lainha” que ficava beliscando

⁴⁸ A classificação entre adultos e jovens tem como referência sua idade. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, são considerados jovens as pessoas de 15 a 19 anos e os adultos, pessoas de 20 a 59 anos.

a cabeça dos dedos. Rapaz era muita, muita coisa das antigas e hoje na verdade, não existe! Eu acho que devido as religião de crente na verdade, porque a parte hoje de crente, o católico não, porque com o católico hoje ele se... se localiza num lugar como qualquer pessoa comum, mas o crente não! Ele já fica um pouco separado das pessoas porque ele acha que só deve estar no lugar que tem crente. Até aí é um problema de se entender né?! (Serrinha, 2022)⁴⁹

Como forma de representar um desses espaços interacionais, trago um registro fotográfico de um dia em campo em que fui convidada para ajudar na produção de farinha. Na Imagem 20, podem ser vistas várias pessoas, homens e mulheres (maioria), sentadas dentro da casa de farinha onde, ao centro, está a mandioca, matéria-prima para produção de farinha, beiju, goma e outros derivados. A etapa da produção, após a colheita da mandioca, é a raspagem. Foi exatamente nessa fase que pude colaborar, foram dois dias de raspagem. A casa é de um morador e todas as pessoas que participam da produção recebem pagamento pela função, após finalizado o processo de produção.

Seguia observando e fazendo algumas perguntas sobre o processo de feitura da farinha. As respostas às minhas perguntas sempre chegavam num tom de brincadeira banhada em risos. Notei que um homem (negro de estatura mediada), sempre era o que mais brincava e provocava a fala e risada de todos, especialmente das mulheres. Depois de um certo tempo puxando assunto, porque as mulheres pareciam tímidas e de início não falavam muito, acredito que era devido ao fato de que algumas mulheres presentes não me conheciam, em comparação às que já havia tido contato anteriormente e que eram as que mais falava, descobri que todos ali estavam trabalhando para esse homem que me refiro anteriormente.

Na produção teve muita conversa e as gargalhadas correm solta durante esse processo. Passando algum tempo, perguntei se eles tinham alguma música para aquele momento e uma senhora disse: “Só se você ficar para mais tarde!”. Quando questionados sobre quantos dias durará o processo de raspar a mandioca, informam que no máximo dois dias porque elas seguem o dia inteiro e retornam no dia seguinte, realizam pausas para cuidar dos “afazeres de casa” (cozinhar, cuidar dos filhos e maridos...) e voltam para a casa de farinha para dar continuidade ao processo. Às vezes, as esposas são acompanhadas por seus maridos nesse processo de produção.

Parte da observação pôde ser registrada pelas lentes do antropólogo e fotógrafo Ismael Silva, que possui muitas contribuições para pensar a imagem e o uso da fotografia como elemento importante para (re)pensar a sociedade. A forma como as pessoas negras foram e, em

⁴⁹ Entrevista realizada por whatsapp com mensagens escritas e via áudio no dia 18 de dezembro de 2022.

certa medida, ainda são representadas e o estereótipo que as perseguem e conduzem o curso de suas vidas. Com isso:

É preciso, sobretudo, reelaborar, e sendo esse o melhor caminho, ou o mais frutífero para ampliarmos a possibilidade da construção de outra imagem para a antropologia no Brasil. As produções científicas no século XIX fizeram uso da fotografia para fundamentar suas teorias evolucionistas eugenistas. No campo do audiovisual no Brasil tem uma dívida com os condenados da terra, historicamente excluídos e silenciados. Reconstruir imagens sobre sujeitos negros, indígenas, ciganos, mulheres e todos os grupos outrora marginalizados requer que seja uma tarefa coletiva para um bem maior comum. Construir imagens positivas dessas comunidades é uma urgência imperativa, frente à importância e urgência de que as próximas gerações tenham acesso a uma memória digna e respeitosa sobre a sua história. (SILVA, 2022, p. 28)

Corroborando com essa proposta descrita por SILVA (2022), a utilização das fotografias nesta dissertação tem um lugar de demarcação desses outros e novos olhares sobre os corpos negros. Nos casos apresentados aqui, podem ser identificadas pessoas que produzem cultura, que carregam valores forjados dentro de toda uma coletividade.

Imagem 20 - Raspagem da Mandioca na Casa de farinha



Momento da preparação da farinha de mandioca na Casa de farinha. Foto: Ismael Silva, 2022

Na produção, a máquina de torrar da farinha é elétrica, isso quer dizer que não precisam mexer a farinha, a máquina cumpre essa função e, por isso, dizem que não é manual. Porém, para torrar a farinha, é preciso lenha, que é inserida manualmente. A parte elétrica é o que faz

a máquina mexer a farinha, enquanto a lenha aquece a bandeja onde a farinha é depositada para ser torrada.

Saber desses detalhes observando traz um aprendizado excepcional. Para Luciana Bittencourt: “A contribuição que a fotografia faz ao relato etnográfico não consiste apenas no fato dela ser uma técnica que gera imagens perfeitas do real, mas no fato de fotografias serem produtos de uma experiência humana.” (BITTENCOURT, 1994, p. 230)

É preciso também inserir e retirar a farinha da torra, antes mesmo disso, para colher, raspar, lavar, esmagar, triturar, peneirar... é preciso muito trabalho manual. A única etapa realizada por máquina é a torra porque as pessoas não precisam mexer. Para ilustrar a referida máquina, segue uma fotografia registrada por mim em uma das casas de farinha no dia seguinte ao da imagem acima.

Imagem 21 - Máquina de torrar farinha



Máquina elétrica de torrar farinha de mandioca. Foto: Autora, 2022

Na sequência, entre conversas e compartilhamentos de memórias sobre a ocupação e formas de utilização do território, fui convidada a conversar com o Sr. Geo, homem de 58 anos, morador da comunidade desde seu nascimento, ele indicou que cresceu como católico, e que na comunidade a religião com maior força era a católica. As atividades realizadas pela igreja católica envolviam a maioria dos moradores locais.

Em épocas específicas, os comunitários e principalmente os católicos se reuniam para produzir licor, pé-de-moleque, alimentos típicos de alguns festejos ligados aos santos, como o São José. Sr. Geo conta sobre a existência de grupos de quadrilha e da produção de um jornal que tratava sobre a comunidade, isso há mais de 18 anos.

No dia seguinte, após ter falado com o Sr. Geo, percorrendo as casas de algumas moradoras, fomos (eu e a liderança local) na casa de uma senhora, com 70 anos de idade, a quem vou chamar de Dona Zé. Ele me apresentou a ela e disse que eu estava querendo saber sobre a história da comunidade. No início, Dona Zé ficou tímida, mas, à medida que eu seguia perguntando e interagindo às respostas que ela concedia, foi ficando mais à vontade em fazer e demonstrou até motivação em continuar falando. Quando perguntei sobre sua moradia, se sempre residiu em Fazenda Pindobal, ela afirmou: “Sempre, nasci e me criei aqui mesmo”.

Esse relato indica que a comunidade já existia quando o empreendimento citado por ela chegou e se instalou na região. Ao mesmo tempo em que reafirmava a antiguidade da ocupação territorial, os relatos apresentavam cenários de muitas dificuldades vividas, não havia água encanada e isso condicionava à necessidade de carregar água e realizar grandes caminhadas para lavar roupas e utensílios doméstico, caminhar por trilhas sem estrutura que garantisse a segurança e integridade física, entre outras condições.

A nostalgia sempre encobria situações desgastantes porque, para essas pessoas, haveria outras coisas importantes e valiosas no dia a dia, como a relação com a natureza, a existência de uma relação menos predatória e que possibilitaria experiências e acesso a riquezas naturais que, quando esta pesquisa foi realizada, já não existiam mais. Tim Ingold (2019) expõe agressividade das marcas das ações humanas quando apresenta sua perspectiva alinhada ao que vem sendo discutido como a era do Antropoceno, era histórica que marca a “devastação” ambiental promovida pelos humanos na terra.

O mundo permanece refém de um sistema de produção, distribuição e consumo que, embora tenha grotescamente enriquecido a poucos, não apenas privou incontáveis milhões de pessoas de necessidades básicas, condenadas à insegurança, a pobreza e a doenças crônicas, mas também causou destruição ambiental em uma escala sem precedentes, deixando muitas regiões inabitáveis e entupindo solos e oceanos com lixo tóxico e imperecível. Esses impactos humanos são irreversíveis e, provavelmente, sobreviveram ao mandato de nossa espécie nesse planeta. Não sem razão, alguns declaram o início de uma nova era na história terrestre: o Antropoceno. (INGOLD, 2019, p. 9)

No fluxo desse diálogo, levantei a pergunta sobre espaços de lazer, e foi quando ecoou o “não tem!”, a resposta de que não existia espaço reservado para essa finalidade, mas quando questionados se sempre foi dessa maneira os moradores mais velhos afirmam que não e contam a história de como anos atrás o lugar de diversão era na beira do Rio Una. Quando se reuniam para pescar, mergulhar, encontrar pessoas, socializar.

Nesse sentido, o rio proporcionaria um forte elo entre moradores e contribuiria fortemente para o processo de territorialização do grupo quando pensamos que para essa

construção é preciso “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland” (Cf. Sack, 1986:19 apud: LITTLE, p. 204: p. 253).

O Rio Una foi um ponto recorrente em todas as narrativas apresentadas pelos interlocutores, quando provocados sobre as mudanças sociais e ambientais percebidas por eles, o Rio sempre aparece. Com isso, problematizei perguntando por que não havia mais esse espaço de sociabilidade da comunidade. Tomando emprestado a interpretação de McCallum (1998) sobre a concepção de sociabilidade por Marilyn Strathern, quando afirma: “Marilyn Strathern, na sua obra-mestra *The gender of the gift*, faz uma arqueologia do uso do termo na própria obra de Simmel. Sociabilidade, ela diz, tem a ver com a constituição social e moral de “*relatedness*” (o estado de estar relacionado” (MCCALLUM, 1998, p. 1). Nesse processo de interlocução, relatos incisivos e intensidade começaram a surgir:

Dona Francisca: “Depois da Petrobrás, o rio mudou. Aqui na região da gente só tem uma fonte, que a gente pega água pra beber. Que a gente não pega dessa água encanada. Mas tinha um rio aqui que tinha lugar que cobria uma pessoa alta, ele cobria que a gente não via nem a cabeça. E hoje tem lugar que não cobre um pé.”

Dona Alice: “Dava sim, e como dava! Pra você ter uma ideia, o rio São Francisco, você vê, ele não tem os braços, que faz a irrigação? A mesma coisa poderia ser o rio Una, agora o rio Una foi danificado por conta da poluição. E você sabe que a água, como eu já te disse, o meio ambiente não tem cópia. Então, o meio ambiente é único, é difícil ele voltar. Porque... se ele não tem cópia então nós temos que preservar o original. Porque você pode cavar um poço e botar água pra... é... né? Encanação. Mas o rio, o rio que secou, ele não voltou mais. Ele tá lá, o rio, bem pequeno, era um rio grande, denso, forte, e hoje, se você chegar no Rio Una hoje, você não diz que era aquele Rio Una de 1960. Muito diferente.”

Dona Vânia: “Tinha uns lugares, tem dois lugares, que era bem fundo. Ali em Zefa era bem fundo. E acima de Zefa tinha um poço, antes da ponte ali que o pessoal passa. Tinha um poço, que oxí! Era fundão. O pessoal tomava banho, mas tinha medo. Só porque sabia nadar.”

Dona Estrela: “A gente saía para pegar água, aí em baixo tinha uma bica muito boa, a gente usava o rio para lavar roupa, eu ia com minhas netas, pescava.”

Como os interlocutores relataram sobre a utilização do Rio Una para banho, pesca e como ponto comum para sociabilidade entre os moradores aos finais de semana, busquei conhecer um desses pontos do Rio. Após reunião da associação, conversando com os moradores sobre minha pesquisa, ao tocar no assunto sobre o Rio Una, Dona Sil, senhora de 65 anos, fala sem nenhuma contenção e me chama para mostrar um dos pontos por onde o Rio Una passava e as formas de utilização dele.

Esses momentos em que sou conduzida pelos moradores a conhecer as antigas fontes e os caminhos por onde o Rio passava provocam inquietações e mobilizam sentimentos que alimentam a curiosidade sobre essas transformações no meio ambiente e na vida dos moradores, além da convicção da relevância desta pesquisa. Segundo Dona Alice⁵⁰: “É essa transformação que eu te falei, elas danificaram a água, por exemplo, o rio mesmo, foi ela, a Petrobrás quem danificou com os despejos dos restos do petróleo. Entendeu?”

Na imagem abaixo, Dona Sil⁵¹, não só relata como aponta e gesticula sobre o ponto do Rio onde algumas pessoas pescavam (como forma para obtenção de renda), e que outras pessoas utilizavam para o banho, para a lavagem de roupa e utensílios domésticos. Estávamos no período de chuva e mesmo assim o Rio não apresentava mudança, segundo Dona Sil e outros moradores, quando chovia o nível do Rio aumentava muito, mas que isso não ocorria mais.

Imagem 22 – Rio Una como espaço de lazer



Dona Sil mostra onde o Rio Una era usado para o lazer e pesca pelos moradores. Foto: Autora, 2021

⁵⁰ Entrevista realizada dia

⁵¹ Entrevista realizada dia 12 de julho de 2021 nas terras de Sr. Serrinha.

Tim Ingold, em uma passagem do seu livro “Antropologia, para que serve?”, apresenta a forma predatória e destrutiva que nós, humanos, utilizamos da natureza afirmando o seguinte: “A indústria humana, sobretudo a queima de combustíveis fósseis em escala massiva, afeta o clima do mundo, aumentando a probabilidade de eventos potencialmente catastróficos e, em muitas regiões, a escassez de água e de outros itens básicos motivou conflitos genocidas” (INGOLD, 2019, p. 9).

Dos locais percorridos, o que ainda apresenta água, o que restou do “braço de mar” foi esse lago que fica dentro das terras de um dos moradores, conforme pode ser visto na imagem abaixo:

Imagem 23 - Rio Una



Na foto um dos interlocutores mostra o trecho do Rio Una que passa ao fundo de suas terras. Foto: Ismael Silva, 2022

Roland Barthes (1977) contribui para pensar a utilização de fotografias nos trabalhos etnográficos quando afirma que elas reforçam a realização do campo, o “ter estado lá”, afirma: “*its reality that of the having-been-there, for in every photograph there is the always stupefying evidence of this is how it was, giving us, by a precious miracle, a reality from which we are sheltered*”⁵² (1977, p. 44). Particularmente, defendo que as fotografias não só ajudam a comprovar que estive lá, mas que passei por lugares, falei com pessoas, compartilhei de experiências junto a elas, comi, bebi, corri. Ou seja, comprova que o que está sendo dito foi

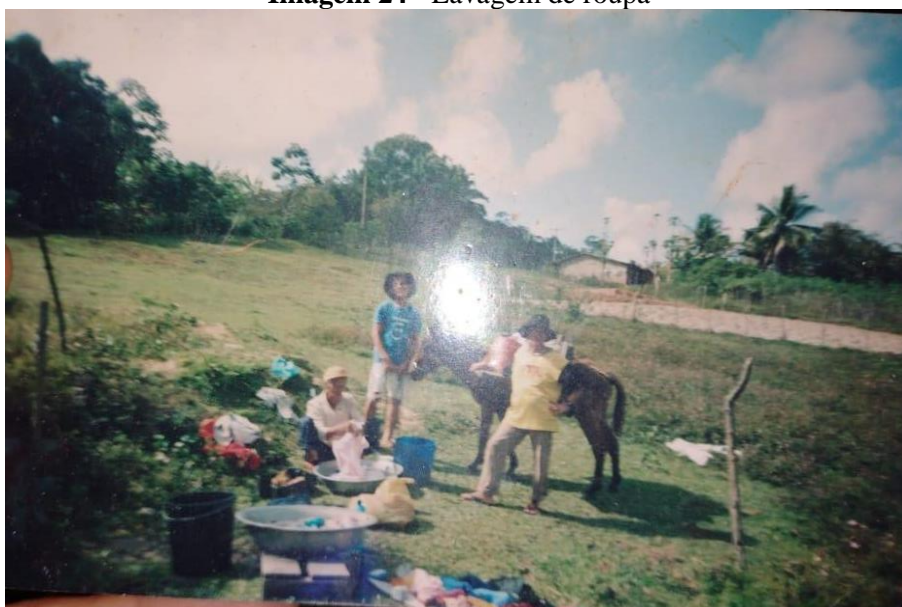
⁵² Em uma tradução literal, “a sua realidade a do ter-estado-lá, pois em cada fotografia há a sempre estupefata evidência de que assim foi, dando-nos, por um precioso milagre, uma realidade da qual nos resguardamos.”

registrado e evidenciado com um registro que, mesmo podendo ser relido e obtidas várias interpretações, uma delas será a sua explicação.

Com o objetivo de comparar momentos históricos diferentes, perguntei aos interlocutores se possuíam algum registro fotográfico que demonstrasse como a comunidade era antes da instalação dos empreendimentos. As respostas foram negativas e justificadas pelo fato de não terem recursos na época e a falta de acesso ao equipamento fotográfico culminou na falta de registros do período. Mesmo assim, trago abaixo fotografias que foram concedidas pelos interlocutores e que, segundo eles, correspondem aos processos de interação e proveito do Rio Una.

As imagens restauram o universo intrincado da experiência na qual a cultura é gerada, afirmada e transformada. Mais do que representar fatos visíveis, fotografias acrescentam outros meios de representação à descrição etnográfica. A imagem fotográfica restaura as experiências vividas, o espectador se posiciona na condição de estabelecer conexões entre o contexto sociocultural descrito na narrativa escrita e representada na narrativa visual. (BITTENCOURT, 1994, p. 233)

Imagem 24 - Lavagem de roupa



Fotografia com três moradores locais no processo de lavagem de roupas próximo ao Rio Una.
Foto: Arquivo pessoal do Sr. Jonielson⁵³.

De acordo com o Sr. Geo, a comunidade era tranquila e, mesmo sem luz elétrica, não havia restrições quanto à circulação à noite. Sua esposa, Dona Bela, com 55 anos de idade, complementa a fala do marido dizendo que a diversão era ir à casa dos vizinhos conversar, cantar, mas que, na atualidade, mesmo com luz elétrica, ninguém se arrisca a sair à noite, por

⁵³ Cabe informar que foram solicitadas fotografias que registram a comunidade e a forma de vivê-la aos interlocutores, mas eles comunicam que não tinham recursos para ter uma câmera fotográfica e que não existia celular com câmera. Por esse motivo, não serão expostas outras fotografias.

medo de sofrer algum tipo de violência. O que sobressai em sua narrativa é que no período em que a comunidade era pouco desenvolvida, ou seja, marca o estágio em que não havia luz elétrica, e a fase em que a comunidade passa a ter o fornecimento desse serviço. E que mesmo com a sensação de segurança provocada pela iluminação pública, o medo de assaltos e violência sexual⁵⁴ é comum entre os moradores.

Os interlocutores indicam a energia elétrica assim como a iluminação pública nas vias principais que cortam a comunidade foi um dos elementos positivos da chegada dos grandes empreendimentos, em especial, a petrolífera. Considerando a necessidade de ter uma estrutura para construir suas bases e instalar seus equipamentos de extração do petróleo, a energia elétrica era fundamental.

O Sr. Geo tomou a palavra, em uma de nossas conversas, e seguiu relatando sobre suas experiências com o Rio quando descreve que desde seus 9 anos de idade fazia uso do Rio Una. Disse que o Rio nascia em outra comunidade de nome Guabiraba, a água era cristalina, parecia um “braço de mar”, não só se banhava e utilizava como espaço de lazer como também “pescava de balaio”⁵⁵.

Mesmo depois de casar e ter filhos, Sr. Geo continuou utilizando o Rio Una, recorda que levava suas filhas quando pequenas para tomar banho lá e que teria registros fotográficos para mostrar. Após procurar junto com a esposa, lembraram que as filhas, hoje adultas, que moram na sede e em municípios vizinhos, levaram a caixa de fotos, mas prometeram pedir as fotos para me mostrar noutra oportunidade.

As lembranças sobre o Rio Una se somam no decorrer das conversas e entrevistas realizadas em campo. Dona Zé corrobora a narrativa apresentada pelo Sr. Geo ao falar da abundância em que acessaram a água e a potência do Rio.

Uma vara assim de dois ou três metros, quase nessa altura. E colocava dentro do poço, ele era tipo um poço, chegava a ser escura a água. Não era todo mundo que passava nesse lugar, ali abaixo da casa do Serrinha mesmo, na volta por lá, precisava assim, em tempo de chuva, a água vinha aqui quase pra estrada, ó. Só passava cavalo. Nem carro não passava. Aqueles fazendeiro ali, quando chegava deixava o carro aqui e passava a cavalo pra lá. Aí agora estamos nessa situação que, no verão, tem lugar que você passa no rio, não molha nem a sola do pé. Lá pra baixo mesmo o ano passado ou foi retrasado, a gente desceu olhando, tinha lugar que a gente passava de um lado pra outro assim, ó, tudo seco. Era muito bom. Agora hoje tá assim. (Dona Zé, 2022)

⁵⁴ Não deixa evidente se essas violências são perpetradas por pessoas da comunidade ou desconhecidos.

⁵⁵ Tipo de pesca artesanal que utiliza de cesto feito com palha para captura de peixes. Existem formas diferentes de utilização, alguns inserem pele de carne ou galinha, tripa de outros animais... no fundo do cesto, amarra uma pedra nele e deixa submerso no mar ou rio, depois de passado um tempo, eles vão chegar se tem algum peixe ou siri, puxam o certo, a água escorre e o peixe ou siri fica preso no cesto. Outros ficam mergulhando o cesto, movendo-o debaixo d'água e depois puxa para ver se capturou algum peixe.

Don Zé seguiu contando sobre sua infância e descreve, em palavras e com gestual, indicando onde ficavam algumas fontes, por onde a água percorria e como era a comunidade na época em que era jovem.

As coisa era bom por uma maneira, e ruim por outras, né. Essa estrada aqui, quando eu tava garotinha, meu pai ia pra feira com a gente, montado de burro, de jegue, era estrada apertadinha assim, de mato, a gente ia daqui até Alagoinha. Depois a gente foi crescendo, a gente saía daqui pra ir a Alagoinha, naquele tempo não tinha rádio, não tinha relógio, não tinha nada, a gente tirava um sono, aí quando acordava se mandava pra Alagoinha, cinco garota aí, eu, minha irmã, uns coleguinha aí da gente aqui mesmo, tudo parente, a gente ia pra Alagoinha, ia e vinha de pé. Aí por dentro desses mato aí. Não tinha assalto, não tinha nada disso. Não tinha ninguém pra pegar ninguém, fazer isso e aquilo outro. (Dona Zé, 2022)

Sobre as condições do Rio, no presente momento, o Sr. Geo comenta que ele secou, mas que antes disso presenciou sua contaminação com óleo⁵⁶ e esgoto que ali eram jogados. Hoje, não há condições para pescar e mesmo quando chove e o rio aparece, suas águas estão cheias de ferrugem, acreditam serem oriundos dos dutos que ficam enterrados por toda comunidade, inviabilizando qualquer possibilidade de uso.

Escobar (2015) contribui para pensar nas configurações que essa relação com as águas acaba por compor, no sentido de que “o território é definido como um espaço coletivo composto por todo o lugar necessário e indispensável onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas. É um espaço de vida onde se garante a sobrevivência étnica, histórica e cultural” (ESCOBAR, 2015, p. 6).

Em relação à água, por muito tempo os moradores utilizavam a água do Rio Una e dos poços que existiam espalhados por todo território. Em outro momento, com a poluição do rio e dos poços, assim como a seca deles, um dos empreendimentos do ramo petrolífero passou a ofertar água para os moradores através dos seus dutos e via carro-pipa. O problema é que a água não servia para o consumo, apresentando pontos de ferrugem e resíduos de petróleo. Com o passar do tempo, o empreendimento foi obrigado a interromper o fornecimento de água e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) passou a oferecer água encanada para toda a população.

Olhe, teve a diferença muita da água, né, porque a água fez muita falta. Se não fosse essa água do SAAE que chegou pra aqui, tava todo mundo ruim. Porque só existe uma fonte. (Dona Francisca, 2021)

⁵⁶ Como, às vezes, a coloração é mais clara que o comum, eles chamam de óleo, mas estão se referindo a petróleo.

Imagem 25 - Antiga Fonte de água



Fonte abandonada após contaminação com óleo e ferrugem. Foto: Autora (2021).

Não, quando secou tudo foi quando Deus ajudou e a SAAE botou. Senão a gente estava ruim. (Dona Estrela, 2022)

Foram realizadas algumas tentativas de encontrar água limpa e, nesse movimento, algumas escavações foram realizadas em diferentes pontos da comunidade e por diferentes pessoas e motivações. Alguns comunitários tinham o objetivo de ter água para consumo, já que mesmo a água encanada fornecida pelo SAAE não é de qualidade, segundo Dona Bela: “A água não é suficiente e é suja, fica visgando”, o fornecimento da água não é regular e às vezes mesmo no dia de fornecimento, a água não tem força para chegar na torneira. Isso também impacta na produção agrícola, seja para irrigar pequenas hortas ou até mesmo dar de beber aos animais, conforme fotografia abaixo, as crateras abertas demonstram que os anseios/necessidades dos moradores não foram atendidos.

Imagem 26 - Resquício de uma escavação em busca de água



Terreno onde um dos moradores tentou cavar um poço em busca de água para os animais. Foto: Autora (2022).

Segundo os moradores, dentre as mudanças ocorridas na comunidade, algumas são positivas. Dizem respeito à empregabilidade. Para os interlocutores entrevistados a empregabilidade é de longe o maior benefício oferecido pelos grandes empreendimentos locais. Cabe esclarecer que muitos moradores, ao alcançarem a idade laboral, saíam de duas moradias em busca de novas oportunidades de emprego, e isso acarretou num grande fluxo migratório da zona rural para as zonas urbanas, como a sede da cidade de Alagoinhas e outros município próximos como Catu, Araçás, Pojuca e até mesmo Salvador.

Nesse sentido, a chegada dos empreendimentos e os desdobramentos causados por eles possibilitaram o retorno de antigos moradores e suas famílias para a comunidade com objetivo de conquistar o que havia motivado a saída da comunidade, um emprego e melhores condições de vida.

A indústria do petróleo impõe um processo de reorganização espacial das atividades produtivas e da população no território sobre sua influência tal processo se deve em parte ao dinamismo dessa indústria que atrai para a sua área de atuação uma série de atividades complementares e um grande contingente populacional relacionada a diferentes exceções produtivas. (PIQUET; SERRA, 2007, p. 289)

Ao mesmo tempo que vale salientar que essas vagas de emprego eram oferecidas por empresas terceirizadas que possuíam grande fluxo interno de trabalhadores, não conseguiam garantir um plano de carreira e muito menos a permanência do trabalhador por um longo tempo no tão sonhado emprego. Mesmo assim, a relação da comunidade com os empreendimentos foi também constituída de expectativas em torno da possibilidade de obtenção de uma vaga de

trabalho. “Quando a Petrobras começou a surgir vaga de emprego, e as associações começaram a se despertar por querer vaga de emprego nas terceirizadas da Petrobras” (SR. Jonielson, 2021). Então, os efeitos sociais, apesar de ser os mais diversos, para Dona Alice marcam a destruição de algumas famílias o que deixou marcas na comunidade.

Ei, se você vê, tantas pessoas que perderam as terras, de plantar, tinham pessoas que plantavam, por exemplo o Bené, tem mais de cem tarefa (sic) de terra ocupada pelo eucalipto. E essas terras, eram o quê? Plantava pra sobreviver. Chegou um grileiro, né? Grilou a terra, se apossou da terra, e a comunidade... é, o que tinha que fazer? Os meninos sair, trabalhar, que não é um trabalho de... de segurança, é um trabalho... é... pela necessidade, se tivesse a terra ia plantar! Ia criar, ia ter uma vida diferenciada. Uma vida muito perto de casa, num é? Uma vida saudável. Ia criar gado, ter leite natural, plantar mais. E isso não acontece, porque as terras foram tomadas, tá? Cem tarefas de terra, muita terra pra uma comunidade perder. E uma família, as famílias, ter que sair pra São Paulo, Rio... Pra longe, distante, e lá formar outra família. Até mesmo as pessoas que tinham família, deixou, você sabe que família tem que estar um perto do outro. Deixou, foi embora e chegou lá teve que formar outra família. E assim, muito prejuízo, claro que foi muito prejuízo. (Dona Alice, 2021)

O emprego foi colocado como alternativa ao trabalho na roça, então, os mais jovens não esboçaram interesse em dar seguimento aos trabalhos na agricultura ou na pecuária desenvolvida pelos pais ou familiares, eles ambicionavam um trabalho formal. Da mesma forma, os pais desejavam que seus filhos pudessem estudar e conquistar um emprego “de carteira”, como dizem regularmente.

Mas pra algumas pessoas é. Mas depois que todo mundo estudou, que todo mundo se formou, na minha época não, né? Aí as pessoas quer (sic) mais é emprego, não quer (sic) viver de roça. Mas os mais velhos tudo ainda trabalha de roça, aqueles que podem. Vive de roça. (Dona Francisca, 2021)

2.3 Demoliu e reconstruiu, mas nem toda pedra que caiu voltou para o lugar

Tem. Igreja católica só tem uma, e igreja de crente, como diz agora, tem várias.
(Dona Francisca, 2021)

O tema religião, assim como a questão da água/rio, sempre aparecia nos relatos dos moradores. Por esse motivo, darei destaque a esse ponto de análise. Um marco que definiu o curso dos processos sociais, comunitários e religiosos se deu a partir da demolição da Igreja Católica e da escola⁵⁷ que funcionavam lado a lado na comunidade. E o trecho da fala de uma interlocutora transcrita acima serve como elemento para analisar o papel da Igreja na vida dessa

⁵⁷ Não darei enfoque à demolição da escola, não que seja algo menos importante, mas como a tensão transcorreu com maior intensidade ligado à igreja, darei o mesmo peso que os interlocutores deram ao fato.

senhora (mas, não somente), os efeitos que provocam a partir de suas ações nas vidas das pessoas. Na maioria dos casos, pessoas em situação de vulnerabilidade e com fissuras em sua cidadania, expostas e desconhecedoras de seus direitos, desde os mais básicos.

Isso pode ser conferido se observado a água que lhes são fornecidas, segundo moradores, preferem utilizar a água de uma das fontes que segundo eles, ainda tem água boa do que consumir a água fornecida pelo SAAE. Quando pergunto: E qual a qualidade dessa água do SAAE?

Dona Zé: Não sei te responder. Pegaram essa água pra fazer uns exames pra saber... E nunca deram a resposta a gente. Tem tempo aí que eu vou pegar água lá embaixo pra gente usar, eu não sei se é o tratamento da caixa, que eles não dá, não sei o que é, a gente junta água aí, fica com fedor de peixe. Não chega nem a oito dias, pra gente jogar a água fora. Eu pego pra beber lá embaixo, na fonte de meu padrinho.

Dona Francisca: Eu mesma não bebo porque eu me sentia mal quando eu tomava ela. Eu não gostava. Eu sentia... o estômago crescia, ficava inchado, como se eu tivesse tomado bastante água

A Igreja, enquanto instituição de controle social, cumpre o papel de organização comunitária e formação política e educacional, em alguns casos, acaba cumprindo com o papel do Estado quando assume e intervém socialmente a partir de demandas que a própria comunidade compartilha com a instituição.

Os impactos simbólicos mencionados por Lobão (2014) também podem ser percebidos com as transformações geradas pela descoberta do petróleo abaixo da Igreja e da escola local, que, a partir da necessidade da empresa, foram demolidas para a implantação de um poço para extração do petróleo. Como uma troca não negociada e desproporcional, no lugar da igreja, construiu-se um poço e depois seguiram desenvolvendo as mitigações.

Com isso, a festa do padroeiro, São José, as procissões e os momentos de sociabilidade foram reduzidos até deixarem de existir. Segundo a Dona Alice, professora aposentada que ensinava na comunidade, “quando foi fechada a igreja, as pessoas foram se distanciando, foi mudando de igreja...”. No contexto da pesquisa de Lobão, a situação é análoga:

Não se tratava de colocar desenvolvimento ou o progresso como um agressor do povo Pataxó ou da Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal. Não se tratava de indicar uma recusa a qualquer mudança no seu território ou em seu entorno. Mas tratava-se de registrar a forma pela qual este empreendimento em particular – o gasoduto – fora percebido pelo grupo vinculado a um lugar determinado – a Terra Indígena de Barra Velha do Monte Pascoal. Esse encontro dizia respeito à sua relação de alteridade com a sociedade nacional, onde se originou a iniciativa da obra e a quem se destinam os benefícios finais da operação, em um primeiro momento. (LOBÃO, 2014, p. 382)

Dona Alice descreveu, também, que as atividades da Igreja Católica passaram a ser realizadas na casa dos fiéis, e apresenta a convicção de que foi nesse período que as igrejas evangélicas foram se instalando na localidade e fragilizando as ações da Igreja Católica local ao cooptar seus praticantes. O movimento do empreendimento, assim, teria sido o catalisador para uma rearticulação da economia religiosa local, pois colocou no mercado de fiéis disponíveis vários católicos que perderam sua referência socioespacial de prática religiosa. Na entrevista, ela relata que a Igreja e a escola só foram reconstruídas após reivindicações coletivas, mobilizações e comprovação da necessidade da comunidade em terem a Igreja e a escola reconstruídas.

No processo de constituição da territorialidade dos moradores de Fazenda Pindobal, algumas instituições – Igreja Católica, a Escola Municipal e a Associação ADESAP – cumprem um papel expressivo no enraizamento e espírito de coletividade. Para Dona Alice, que nasceu na parte de cima da Fazenda Pindobal, suas habilidades foram desenvolvidas a partir de suas vivências na Igreja Católica:

Eu nasci no Pindobal de cima, depois fui morar em Jenipapo, Fazenda Jenipapo, aí quando casei, casei e voltei pra Pindobal. E então começou a minha luta, né, na igreja, primeira que me deu oportunidade de... de ser o que eu sou hoje e eu agradeço, foi na igreja. Na igreja foi que eu consegui as minhas habilidades de me expressar, de... aí comecei a me interessar e depois eu fui ser professora leiga, entendeu? (Dona Alice, 2021)

Da mesma forma que Sr. Jonielson apresenta suas experiências, referências e engajamento social como entrelaçados nas três instituições: quando na escola, conheceu uma professora que se configurava como liderança local, depois passou a fazer parte da associação, onde aprendeu a ser e passou a atuar como liderança tendo como espaço provisório a Igreja Católica.

A situação referente a como eu cheguei na associação: desde pequeno, né, o colégio que eu frequentava era o colégio onde a professora que fundou a associação aqui, há 25 anos atrás, ela era professora e do lado tinha uma igreja católica, que ela é católica também, essa professora, era o colégio e a igreja católica. E a igreja e o colégio servia como sede da associação que ela criou, juntamente a alguns moradores da comunidade, pra poder correr atrás dos benefícios, né, na comunidade. E aí vendo a luta, tipo assim, a luta dela correndo atrás de melhorias, ela corria atrás de cesta básica, que no tempo o pessoal da comunidade era muito carente, ela corria atrás de cesta básica, de energia que não tinha, da água encanada... (Sr. Jonielson, 2021)

A composição da territorialidade comunitária e seu entrelace com o ambiente é marcada por elementos que particularizam quanto aos aspectos culturais, sociais, políticos e

econômicos, nesse sentido, a sua caracterização pode ser analisada antropologicamente ao se valer de processos etnográficos. No campo, pude ver como se organizam para realizarem atividades coletivas, apesar de ter presenciado poucos momentos, assim como presenciei a forma como cuidam de seus terrenos e do plantio e coleta de alimentos, quando utilizam de poucos equipamentos e não utilizam agrotóxico.

As pessoas mais velhas da comunidade sempre muito receptivas, demonstram cuidado com os visitantes e oferecem o que produzem, gostam de conhecer as coisas que levam para dentro da comunidade, seja via formação de educação ambiental ou conversar sobre outras histórias. E isso, contudo, não quer dizer que são de falar muito sobre si, falam sobre a roça que plantam e vivem, os animais, mas as particularidades não compartilham com facilidade.

E nesse território, as mudanças na forma de “ocupar, usar, controlar e se identificar”, como citado acima, provocam a necessidade de observar, analisar e compreender como esses processos foram se constituindo ao ponto de modificarem a organização social local. Como explica Fredrik Barth (2005),

“[...] “Todos concordamos que cultura se refere a algo (tudo?) que é aprendido. Mais precisamente isso significa que cultura é induzida nas pessoas por meio da experiência – logo, para identificá-la, temos de ser capazes de apontar para essas experiências. Temos também de aceitar as seguintes implicações: que a cultura deve ser constantemente gerada pelas experiências por meio das quais se dá o aprendizado. Assim, temos de ter um foco – não para afirmar que a cultura é localizada em algum lugar, mas como uma forma de identificar onde ela está sendo produzida e reproduzida.” (BARTH, 2005, p.16)

As transformações sociais impostas à comunidade, pelos grandes empreendimentos, mesmo que com anuência dela, podem causar alterações em suas práticas cotidianas, desestabilizar seus pilares de pertencimento e identitários, de tal forma que não são previsíveis às comunidades no momento da anuência da instalação ou ação específica de um empreendimento.

Quando relatam que com a demolição da Igreja os fiéis tiveram que fazer grandes percursos para participar das atividades que a Igreja tentou dar continuidade de forma itinerante entre uma casa e outra dos moradores, isso fragilizou as relações e descontinuou os festejos de São João e de São José. Aos poucos as pessoas foram deixando de participar das atividades, ao ponto que, mesmo após a reconstrução da Igreja, muitas pessoas não retornaram.

Com 63 anos de idade, Dona Francisca fala das atividades que ocorriam em decorrência da atuação dos católicos na comunidade, o que muda na medida que as pessoas

passam a pensar e atuar segundo as novas crenças reconhecidamente pentecostais. E lembra que:

Antes, quando o pessoal não era tudo cristão, tinha passeio pra Candeias, era vários passeios pra Candeias, o povo ainda pensava que existia Deus. O povo, em tempo de setembro, outubro, era muita reza nas casa, era de São Crispim, era caruru, hoje acabou tudo isso. É difícil você ver uma pessoa que faça uma coisa dessa agora.

Para a dona Alice, um dos motivos do esvaziamento e da mudança de religião de alguns moradores e ex-católicos foi devido ao tempo em que a Igreja ficou sem local fixo, já que a mesma havia sido demolida para a perfuração de um poço.

Uma coisa também que influenciou foi outras igrejas entrar, porque... é... A igreja de Pindobal, ela ficou uns cinco a seis anos fechada. Mesmo assim a gente fazia as atividades... os cultos nas casas, mas nunca é igual como ter a igreja. Aí as pessoas foram mudando de religião, outros foram abandonando mesmo. Quando a igreja abriu, muitos não ligam, né, pra participar.

A fotografia abaixo mostra uma área aberta, com vegetação rasteira e equipamentos de um dos empreendimentos, que representa uma unidade de bombeio desativada. Nesse espaço ficavam a Igreja Católica e a única escola da comunidade (na época, quando a empresa se instalou na região). Atualmente, a área está cercada e com acesso restrito aos técnicos da empresa. Mesmo com os riscos e impedimentos impostos pelo empreendimento para garantir a segurança e evitar acidentes, algumas crianças acabam utilizando o espaço para recreação: jogar bola, brincar com cachorro, andar de bicicleta... nesse sentido, o uso do espaço foi reconfigurado pela comunidade.

Imagem 27 - Área onde funcionava a Igreja e escola que foram demolidas



Unidade de bombeio desativada. Foto: Autora, 2022

A imagem a seguir mostra a Igreja Católica construída pelo empreendimento do ramo petrolífero em outro local dentro da comunidade, como forma de devolver o que lhe foi retirado (no sentido material) anteriormente. A Igreja volta a ter um espaço físico, mas esse retorno não trouxe os fiéis e as atividades culturais e comunitárias que outrora eram mobilizadas pela instituição.

Imagem 28 - Nova Igreja reconstruída pelo empreendimento petrolífero



Igreja Católica reconstruída. Foto: Autora (2022)

Os espaços que são construídos, seja materialmente ou simbolicamente, na vida das pessoas, o que pode ser visto, tocado ou sentido, são uma construção coletiva. As interferências externas à comunidade também afetam essas criações e é isso que pode ser percebido com relação à falta que a Igreja Católica e a Escola fizeram aos moradores. Não foram somente a Igreja e a Escola que foram demolidas, mas um conjunto de referências e formas de viver o espaço que caíram por terra.

[...] Não habitamos “espaços em-si-mesmos”, mas apenas os tempos-espaços que se dão a nós: que percebemos, que tornamos uma realidade vivida e pensada, que transformamos, nos transformando a nós próprios, para habitar e sobreviver como indivíduos, grupos humanos e a espécie humana (a dimensão do labor), e para socializarmos a natureza e a realizarmos para nós, como cultura (a dimensão do trabalho). (BRANDÃO, 2009, p. 15)

Os caminhos e trilhas percorridos foram permeados por histórias, fofocas e curiosidades relatadas pela liderança comunitária e demais moradores que nos acompanhavam no processo. De casa em casa, em busca de mais relatos que pudessem ser compartilhados sobre o cotidiano da comunidade, suas relações e percalços com os empreendimentos foram aos poucos montando o sentido desta pesquisa. Para ilustrar algumas situações interessantes vividas nessas caminhadas, trago as observações na sequência.

2.4 Formas de viver o local

O porrete da segurança

Durante algumas perambulações, caminhando em estradas de terra, caminhos encobertos pelo mato e alguns poucos pedaços de estradas asfaltadas, quando me dei conta que a liderança sempre andava com alguma coisa na mão, eram galhos grossos de árvore que encontrava no caminho, porrete de madeira e, às vezes, até um guarda-chuva (mesmo em dia de sol). Achei curioso, mas preferi não perguntar e segui observando para ver se conseguia entender a partir de seu uso.

Mais um dia de campo e acompanhada pela liderança, meu filho⁵⁸ e um amigo antropólogo⁵⁹, estávamos indo encontrar uma senhora que era antiga moradora da comunidade. No percurso, vi que outros moradores também utilizavam alguns “porretes” de madeira enquanto caminhavam. Cheguei a pensar que fossem para tirar os matos pequenos do caminho ou para servir de apoio, mas não, não vi ninguém fazendo esses usos.

⁵⁸ Bento Santiago

⁵⁹ Ismael Silva

Observei por dias e cheguei a pensar que fosse só hábito dos moradores até que a resposta veio. Cruzando um caminho de mata fechada, começamos a falar sobre bichos e foi quando a liderança comentou que lá havia animais que viviam nas matas, que uma vez avistou um “gato do mato” e em seguida disse: “É por isso que eu ando com meu porrete, se ele ‘vinher’ pra cá”.

Imediatamente, pensei no quanto foi importante não ter perguntado. Eu, mulher nascida e criada na zona urbana, não poderia conceber o óbvio. Em minhas experiências, nunca precisei inserir em meu hábito diário uma ferramenta para proteção contra animais silvestres. Essa experiência serviu para algumas reflexões sobre como os diferentes elementos sociais e culturais podem moldar formas de viver em meio ao ambiente em que as pessoas estão inseridas e como os que vêm de fora desconhecem os mecanismos de sobrevivência e de interação entre humanos e não humanos.

Os caminhos que cortam a comunidade são de terra, o asfalto só cobre a via principal e alguns trechos por onde os caminhões dos empreendimentos locais passam. Ou seja, a maior parte do trecho percorrido durante todo o trabalho de campo foi de terra. Na imagem à esquerda, o caminho indica a direção da casa da liderança comunitária, Sr. Jonielson; e a imagem à direita corresponde ao caminho que leva à casa de Dona Francisca.

Imagem 29 - Caminhos percorridos



Caminho 1 que leva à casa de Sr. Jonielson; caminho 2 para casa de Dona Estrela. Fonte: Autora, 2022.

O espírito do cajueiro

Algumas histórias de assombrações também começaram a surgir à medida em que intensifiquei minha pesquisa. Éramos quatro pessoas, todas em fila indiana andando por uma trilha, em escuridão total se não fossem as lanternas dos nossos celulares empunhados para frente e para o chão. Seguimos conversando sobre os perigos que a mata reservava. Então, Sr. Jonielson inicia a contação de uma história. Afirma que, em determinado período, anos atrás, estava retornando para casa, à noite, e teria visto uma assombração, andando ao redor do pé de caju, próximo a sua casa.

Ao encará-la, percebe que era um homem. Disse ter morrido de medo e correu para casa. No dia seguinte, retornou ao cajueiro e o cortou completamente. Ao contar essa história a outras pessoas mais velhas, foi-lhe dito que o cajueiro tem o poder de segurar os espíritos dos mortos. Então, Sr. Jonielson fala aliviado que, após cortar o “pé de caju”, nunca mais avistou a assombração novamente. O que para um dos colegas que ouvira a história isso faz todo o sentido, segundo ele, como homem do axé, cajueiro e jaqueira têm essa característica de “segurar” os espíritos dos que morrem.

O nome da comunidade

Habitar. Criar um lugar onde pessoas, famílias, grupos e comunidades reúnem-se para conviver. Nós, os humanos, tornamos habitável um espaço múltiplo – entre a horta caseira, a casa que acolhe a horta e a catedral que consagra as duas – não porque o levantamos do chão materialmente, mas porque realizamos isto movidos por palavras e imagens símbolos e sentidos, idéias e imaginários. (BRANDÃO, 2009, p.8)

Em busca de respostas sobre o significado do nome da comunidade Fazenda Pindobal, junto com o Sr. Jonielson, seguia falando com vários moradores e moradores. Falava com uma e ela indicava outra pessoa, falava com essa outra e ela indicava uma terceira, e assim fui puxando esse fio que nos conduziu para diferentes lugares da comunidade.

Cada um dizia que não sabia, mas indicava o nome de quem saberia, nesse processo, os caminhos eram longos, irregulares, percorridos a pé e, às vezes, de carro. Pausa para beber água, para cumprimentar um, pausa para cumprimentar outro. Tinha mosquito, tinha carrapicho⁶⁰, mas tinha muito aipim plantado e uma vista que enchia os olhos de amendoim.

⁶⁰ O capim-carrapicho é uma planta daninha comumente conhecida por agarrar tanto no vestuário quanto no pelo de animais. Para saber mais, ver: <https://blog.syngentadigital.ag/capim-carrapicho/>

Foram longos caminhos e enquanto seguia entre uma casa e outra, o Sr. Jonielson falou que, há alguns anos, ouviu uma história de que o nome da comunidade correspondia ao antigo dono das terras. Segundo ele, o homem era um fazendeiro que detinha a posse de algumas pessoas que eram escravizadas por ele.

Em um determinado período, um desses escravizados fugiu e, após o fazendeiro localizá-lo, como forma de punição, amarrou o homem no cavalo em que estava sentado e saiu andando em cima do cavalo enquanto o homem, escravizado, foi arrastado por um caminho até chegar na comunidade chamada Boa União.

Imaginar essa cena narrada pela liderança local foi muito atordoante. E com isso comecei a pensar sobre essa história e relacionar com o fato de que todas as pessoas com quem falei em busca de uma resposta sobre o nome da comunidade eram negras retintas e idosas. Repensei sobre o “não saber” deles como uma forma de negar o fazendeiro e sua crueldade, uma forma de matar um passado de escravidão. E que as indicações de uma pessoa para outra, como um teste para saber se algum deles falaria, mas ninguém falou!

Um fato interessante é que todos diziam que, se eu descobrisse, era para retornar e contar a ele/ela. Lembro com clareza que ao receber essa missão de descobrir o significado do nome da comunidade, fiquei motivada e essa motivação me fez caminhar muito, pensar, pesquisar e a resposta não veio. Na verdade, penso que a maioria ou algum deles sabiam, mas não desejavam partilhar desse saber. O que acaba sendo muito comum acontecer durante a realização de uma pesquisa etnográfica. Nem tudo pode ser compartilhado.

O Batalhão, o Mutirão e os Festejos Religiosos

Cumprindo com o pedido do Sr. Zé Pequeno a entrevista foi realizada “cara a cara” e seguimos cruzando oralmente por diferentes questões relativas a suas experiências e percepções em torno dos empreendimentos que atuam na comunidade. Em sua narrativa, Sr. Zé Pequeno, acompanhado pela sua filha, Sra. Leninha, tecem falas sobre dois momentos de ações coletivas que acontecia na comunidade e a relação com a igreja católica em algumas delas.

O *Batalhão* era o nome que levava a ação de solidariedade realizada pelos moradores em apoio a alguma família de agricultor que por algum motivo não tinha condições de realizar o plantio ou a colheita de seus alimentos. Quando a família tinha algum enfermo ou eram compostos por pessoas muito⁶¹ idosas, por exemplo, o batalhão era realizado. A proposta de

⁶¹ Vale ressaltar que mesmo os idosos trabalham na roça, mais o grau de velhice e condições de saúde são os fatores que limitam suas práticas agrícolas.

realização do batalhão era de ajudar aquele membro que pertencia e era reconhecido como pertencente a um todo que era a comunidade.

O *Mutirão* não era muito diferente do descrito no batalhão, os moradores se reuniam em prol de uma ação coletiva e solidária que beneficiava algum morador/a da comunidade. Sr. Zé Pequeno afirma que o mutirão era realizado para a construção de casas de taipa para os casos dos moradores que precisava reconstruir sua moradia. De forma auto-organizado, o grupo de moradores planejavam e realizava a construção da nova casa também de taipa.

Festejos Religiosos, com a presença e atuação da Igreja católica, seus fiéis eram os que conduziam as atividades e festejos que condiziam com os feriados religiosos e as datas relacionadas aos santos católicos. Segundo Sra. Leninha, São José, comemorado no dia 19 de março, padroeiro da comunidade, tinha sua comemoração realizada através de missas, plantio do milho e confraternizações na igreja e nas casas dos moradores que, após prepararem coletivamente os pratos típicos, partilhavam com os demais moradores tudo que foi produzido para a ocasião.

Da mesma forma ocorria com os festejos juninos no que tange a preparação dos alimentos. Mas no caso do São João, comemorado nos dias 23 e 24 no mês de junho, é mês da colheita do milho e do amendoim plantando em março, mês de São José. Um elemento que marcava as comemorações juninas era às fogueiras armadas na porta das casas. Cada família tinha a sua fogueira frente a sua casa ou ao fundo, na roça ou quintal.

A fogueira é um dos símbolos do São João. Sua utilidade varia de acordo com a necessidade, serve para assar o milho, esquentar as pessoas porque o inverno começa exatamente no dia 21 de junho, acender fogos de artifício, entre outros usos.

Cabe destacar que a comida e a cantoria⁶² eram elementos fundamentais, seja no *Batalhão*, *Mutirão* ou *Festejos Religiosos*. Era o anfitrião que, com apoio de outros moradores, produziam a comida que seria servida aos demais. Normalmente o papel de produzir as refeições eram das mulheres, elas ocupavam a cozinha e ficavam horas contando enquanto preparavam o alimento que seria ofertado após o batalhão e ao mutirão. Com relação aos quitutes ligados aos preparativos do dia de São José e aos festejos juninos, às senhoras se reuniam e preparavam doces e salgados com ingredientes da comunidade, bolo de aipim, canjica de milho, amendoim cozido etc.

O Benzer e o orar

⁶² Ao questionar aos interlocutores sobre essas músicas, alguns informam não lembrar e outros indicam vergonha e preferem não contar.

Dona Margarida, com a função de benzer os enfermos, cuidar dos que precisam de remédios espirituais, contribui para sua comunidade e deixou muita história que hoje é contada pelas pessoas que foram benzidas por ela. Tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente e mesmo sem ela lembrar das rezas com muita clareza, por causa de sua idade avançada, confirmava com sorrisos e com o balançar da cabeça quando seus filhos falavam ao pé do ouvido sobre seus feitos ou reproduziam partes de alguma reza.

A liderança comunitária, Sr. Jonielson, afirma que a mãe, Dona Francisca, levava ele para ser benzido por Dona Margarida quando estava com “espinhela caída”⁶³, o mesmo pergunta a Dona Margaria se ela lembrava disso e ela fica encarando ele com firmeza, até que ela fala que ele era filho de Francisquinha, e sorri.

Cabe frisar que Dona Margarida havia se convertido ao neopentecostalismo e com isso deixou de praticar a reza e não benzia mais as pessoas que a procuravam com essa finalidade. Por esse motivo, muitas perguntas ficaram sem uma resposta oral ou escrita. Quando fazia perguntas sobre o assunto, ela colocava a mão na boca e sorria, balançava afirmativamente a cabeça e chegou a pronunciar algumas frases, em baixo volume de voz. Era como se ela tivesse guardado seus poderes⁶⁴.

In Memoriam

Imagem 30 – Dona Margarida na varanda de casa



Dona Margarida, posa para foto na varanda de sua casa. Foto: Autora, 2022.

⁶³ Dor no esterno, causada por esforço ou cansaço. "espinhela", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/espinhela> [consultado em 02-02-2023].

⁶⁴ Com respeito, peço licença para afirmar isso.

Contemporânea de Dona Margaria, Dona Francisca era uma senhora com voz doce e muito cuidadosa, foi uma interlocutora que colaborou com esta pesquisa a partir de observações relevantes de uma moradora que viveu ativamente na/pela comunidade. Ela era uma das moradoras que enviava seus filhos aos cuidados de Dona Margarida para que os benzessem e curassem.

Dona Francisca foi uma das mulheres que participou ativamente das reuniões e formações desenvolvidas pelos grandes empreendimentos na comunidade. Foi uma das que motivavam outras mulheres na produção de alimentos derivados do beneficiamento da mandioca, como exemplo, o panetone de aipim que comercializam no natal.

Enquanto que Dona Margarida mudou de religião deixando o catolicismo e passando a ser evangélica, efeito citado nos relatos anteriores. No caso de Dona Francisca, mesmo não participando de forma assídua das atividades da igreja católica (após sua reconstrução), ainda se apresentava como católica e compartilha de recordações que marcaram a forte atuação da igreja católica antes de sua demolição pelo empreendimento petrolífero.

In Memoriam

Imagem 31 – Dona Francisca



“Antes, quando o pessoal não era tudo cristão, tinha passeio pra Candeias, era vários passeios pra Candeias, o povo ainda pensava que existia Deus. O povo, em tempo de setembro, outubro, era muita reza nas casa, era de São Crispim, era caruru, hoje acabou tudo isso!”

Dona Francisca na roça do Sr.

Serrinha. Foto: Jonielson, 2022.

Agradeço pessoalmente a Dona Margarida e a Dona Francisca, e agradeço agora em energia, muito obrigada!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante cerca de quatro anos, e com isso considero o tempo em que atuei como técnica de campo nos projetos de mitigação socioambiental, e posteriormente a isso, realizando a pesquisa, pude conhecer, por ângulos diferentes, a comunidade e suas práticas sociais, econômicas, culturais e políticas.

As experiências somadas foram fundamentais para que eu pudesse acessar, mesmo com limitações de tempo, de recursos financeiros, com uma pandemia, que uma pessoa “de fora” poderia ter. Após esse período percorrendo por vários caminhos da comunidade e conversando com os moradores, acredito estar em condições de poder colaborar para lançar luz aos efeitos sociais causados por grandes empreendimentos desenvolvimentistas, seja do ramo petrolífero ou da produção de celulose a partir do plantio de eucalipto.

As mudanças provocadas pelos empreendimentos causaram significativa transformação na forma de organização social. A oferta de emprego para os moradores do entorno dos empreendimentos provocou o retorno de antigos moradores para suas casas e famílias que anteriormente haviam saído da comunidade em busca de melhores condições de vida em outros municípios. A geração de renda não se restringia ao trabalho formal, as comunidades da área de abrangência das instalações foram criando alternativas de trabalho.

Ao mesmo tempo que possibilitou o fornecimento de energia elétrica de água encanada, da criação de novas e a requalificação das antigas estradas, o momento era marcado pela ideia de desenvolvimento local. A venda de alimentos, aluguel de quartos e algumas prestações de serviços aos funcionários dos empreendimentos e das empresas terceirizadas que passaram a atuar na região. Com isso, houve o crescimento do comércio local em torno dessas novas demandas.

O que muda drasticamente com o passar dos anos. Para os interlocutores, as empresas chegaram e mudaram o cenário ambiental, econômico, social, cultural e quando os empreendimentos diminuíram o fluxo de contratações, a circulação de profissionais também sofre redução e com isso todo o entorno dos empreendimentos que haviam sido alterado com sua chegada, torna a mudar, e de forma negativa, a comunidade como um todo.

Alguns interlocutores chegam a falar que depois de “atacarem” a empresa petrolífera, nesse caso, referem-se à operação Lava Jato, a relação dos moradores com os setores de responsabilidade social dos empreendimentos mudaram a forma de atuação, ficamos menos

acessíveis e mais burocráticos, o que prejudicou o diálogo causou conflitos em torno de benefícios antes disponibilizados pelo empreendimento e que passou a ser negado pelo mesmo.

Esses “benefícios” fornecidos pelo empreendimento dizem respeito ao acesso a água que eram transportadas pelos dutos, resolução dos problemas ocasionados pelos caminhões que, segundo interlocutor, danificavam as estradas internas à comunidade.

E as mudanças continuaram acontecendo, nas reuniões e oficinas realizadas pelo empreendimento petrolífero iniciaram o processo de desinvestimento⁶⁵ nas comunidades e isso contribuiu para acelerar o processo de enfraquecimento do comércio, o fechamento de restaurantes, barracas e a saída das pessoas da região. Transformação facilmente identificável ao percorrer a comunidade e observar as casas abandonadas, as placas de venda de comida e oferta de serviços mecânicos que não funciona mais. Em alguns pontos no caminho que leva à Fazenda Pindobal são identificadas placas e letreiros indicando a antiga função comercial desempenhada no local.

Assim como os dois lados de uma mesma moeda, os empreendimentos provocaram mudanças que podem ser consideradas positivas e as narrativas dos moradores confirmam isso, mas também causaram e ainda causam efeitos negativos, alguns deles os interlocutores acreditam que não há correção.

Com a demolição da primeira Igreja Católica assim como a única escola da comunidade na época, os empreendimentos provocaram o apagamento de manifestações religiosas e culturais que anteriormente impulsionaram o sentimento comunitário, solidário e de pertencimento das pessoas à comunidade. Se considerarmos também que eram através dessas atividades que as pessoas conseguiam dialogar umas com as outras, conhecer a realidade e condições de vida dos seus vizinhos e até mesmo poder intervir socialmente de forma positiva.

Os relatos dos episódios que citam a realização de mutirão (agrupamento de pessoas com o objetivo de ajudar a construção de casas de taipa ou alvenaria de outros moradores), ou do batalhão (quando uma família era impossibilitada de plantar ou colher sua produção, um grupo de pessoas organizadas fazia o serviço gratuitamente), ações que, segundo os moradores entrevistados, não acontecem mais. Isso em decorrência da falta de momentos e espaços que proporcionassem a manutenção dessas relações.

A crescente onda de violência (roubos) limitou a circulação dos moradores como um todo, mas particularmente, mulheres que habitualmente frequentavam as casas umas das outras para conversar, ajudar em algum cuidado, cantar, programar os festejos de São João e São José.

⁶⁵ Este termo era utilizado pelos técnicos como uma “frase pronta” com o objetivo preparar os moradores da comunidade frente ao enfraquecimento dos projetos sociais e ambientais que eram desenvolvidos na localidade.

A poluição e consequente seca do Rio Una foi outra mudança provocada na comunidade. Não se perde apenas um espaço de sociabilidade e comunhão, é como perder um membro da família e a tristeza dessa perda é sentida na fala dos moradores. Bastava perguntar “e como era antes?”, para que o Rio fosse citado e as memórias surgissem. Mesmo o trabalho, o cansaço e os esforços para lavar roupa e carregar água em baldes na cabeça eram recordados com afeto.

Essas perdas provocam o isolamento das famílias em suas casas. Esse isolamento não se deve apenas pelo medo da violência, mas pela falta de espaços coletivos e seguros para interação. A interlocutora Dona Zé lembra que ela podia ver as estrelas, deitada na esteira estendida na porta de casa, à noite.

Os efeitos sociais não se limitam ao previsto pelos relatórios e estudos de impacto socioambiental, muito menos foi mitigado ou amortecido com o tempo. As mudanças continuam ocorrendo porque a comunidade continua convivendo com os empreendimentos. As intervenções políticas que os empreendimentos sofrem, resvalam no desinvestimento em ações que beneficiaria a comunidade e ajudariam a amortecer as alterações negativas na vida de seus moradores.

A mitigação socioambiental realizada pelos grandes empreendimentos através das empresas terceirizadas que assumem e desenvolvem os projetos impostos como condicionantes de operação das empresas petrolíferas e de plantação do eucalipto, não consegue contribuir de maneira efetiva para uma transformação social no que tange à devolução da maior parte do que a comunidade perdeu nesse processo. Não se trata de indenizar as famílias pelo uso de suas terras ao passarem dutos, perfurarem poços, ou pela destruição do plantio de algum alimento ou até mesmo pela poluição seguida pela seca do Rio Una, mas de possibilitar que as pessoas possam conviver entre humanos e não humanos, incluídos aqui os recursos naturais que garantiam o sustento e a sociabilidade do grupo.

Por fim, quando Dona Zé afirma que “Eu queria que voltasse tudo de novo!”, ela não se refere a escassez de alguns alimentos, nem a falta de energia elétrica ou a falta de transporte público. O que ela gostaria que voltasse era a força e abundância do Rio Una, a tranquilidade em ver a lua e as estrelas durante a noite em sua porta de casa ou até mesmo poder andar na roça, nos matos, sem ter medo de sofrer alguma violência.

A revitalização do Rio Uma, mais iluminação, estradas requalificadas e a segurança pública são algumas das demandas apresentadas pelos interlocutores. Chegam a questionar sobre os *royalties*, mesmo sem demonstrarem domínio sobre o assunto, os interlocutores trazem para o debate. Em termos gerais, perguntam se os *royalties* que os grandes empreendimentos

pagam para o município não poderiam ser revertidos em ações que assegurassem a qualidade de vida dos moradores da zona rural de Alagoinhas, compreendendo que eles são diretamente afetados.

O que nos coloca uma reflexão em torno do termo “desenvolvimento”, as aspas são intencionais e é utilizada aqui como forma de problematizar o termo. Que desenvolvimento é esse que expõe tantas pessoas à escassez de água, saneamento, segurança e outras violações? Para quem é esse desenvolvimento promovido pelos grandes empreendimentos locais? São questões cujo as respostas são muitas, mas que cabem serem feitas.

Nesse sentido, finalizo este trabalho com a compreensão de que os efeitos sociais percebidos pelos moradores da comunidade Fazenda Pindobal, sobre os projetos de mitigação socioambiental, não são positivos ao ponto deles considerarem em suas narrativas. Os projetos mitigadores não alcançam o que a comunidade deseja ou precisa efetivamente. Não existe por parte dos moradores, uma tentativa de transferir as responsabilidades do poder público para os grandes empreendimentos, mas os moradores quem presenciaram tantas transformações sabem e sentem, dia a dia, o que foi modificado negativamente em sua comunidade e vida.

Concluo com a certeza de que a antropologia tem um campo de investigação necessário e que carece de mais investimentos. E que assim como Fazenda Pindobal, outras comunidades merecem ter suas perspectivas e vozes respeitosamente acolhidas, levadas à sério. Espero suscitar novos interesse de investigação e bons desdobramentos a partir dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Plano de Desenvolvimento**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/fase-de-producao/buracicasee.pdf/view>. Acesso: 16 dez. 2022.
- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. In: **Antropolítica**, Niterói, nº 19, p. 15-30, 2. sem. 2005.
- BECHARA, Erika. Uma contribuição ao aprimoramento do instituto da compensação ambiental previsto na lei 9.985/2000. 2007 [online]. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp041032.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021
- BITTENCOURT, Luciana. A Fotografia Como Instrumento Etnográfico. In: **Anuário Antropológico/92** - Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994. p. 225-241.
- BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007 pp. 693-713. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5944580/mod_resource/content/1/A%20mis%C3%A9ria%20do%20mundo%20-%20Pierre%20Bourdieu.pdf. Acesso: 21 jul. 2022.
- BORGES, A. Terra. In: SANSONE, L; FURTADO, C.A. (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador, EDUFBA; ABA Publicações, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14647> Acesso: 10 mar. 2022.
- BRANDÃO, C. R. **Viver um Tempo, Habitar um Espaço**. No Rancho Fundo – tempos e espaços no mundo rural do Brasil, a ser publicado pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/ANTROPOLOGIA/MUNDO%20CAMPON%C3%8AS/VIVER%20UM%20TEMPO,%20HABITAR%20UM%20ESPA%C3%87O%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf> Acesso: 10 de out 2022.
- BRONZ, Deborah. Do campo etnográfico ao campo político: uma análise dos bastidores do licenciamento ambiental. Guarimã – In: **Revista de Antropologia & Política**, v. 1, nº 1, Agosto-Dezembro de 2019.
- BRONZ, Deborah; BEZERRA, Marcos Otávio. DOSSIÊ: “Grandes empreendimentos”, administração pública e populações. In: **Antropolítica**, Niterói, nº 37, p. 131-136, 2. Sem 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41612/23698>. Acesso: 11 nov. 2021.
- CERTIFICADO de manejo florestal. **Relatório de Auditoria**. RJ, 2017. Disponível em: <https://certification.bureauveritas.com.br/wp-content/uploads/2017/06/relatorio-copener.pdf> Acesso: 16 dez. 2022.
- CIEZA, Lucila Natália Pinto. **Mitigação, monitoramento e efetividade da avaliação de impacto ambiental**: Análise da qualidade de estudos de impacto ambiental no Brasil. 2018.

139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-22022019-141656/publico/DissertacaoLucilaNathaliPintoCieza.pdf>. Acesso: 04 ago. 2020.

DAOU, Ana Maria. Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e a atualidade da temática. In: **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 2, nº 2, p.282-298, jul./dez. 2010.

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365compilado.htm Acessado em 20 de dez. 2022

DOCUMENTO técnico orientador para o desenvolvimento da condicionante de educação ambiental na regulação ambiental. Disponível em: http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Ascom/Doc_Orienta.pdf. Acesso: 12 abr. 2022

ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, 2015.

Gonçalves, A. N. da S. (2019). Os “vultos e feitos” de “Alagoinhas e seu município”: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia. **Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Sergipe**, 2(49), 207-222. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12373> Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12373/9326> Acesso em 16 de jan. 2023.

IBGE. **Mapa de Alagoinhas**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=610726> Acesso: 16 dez. 2022.

INGOLD, Tim. **Caminhando com os dragões**: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina M. (Orgs). In: **Cultura, Percepção e Ambiente**. São Paulo: Editora Terceiro Nome. p. 15-29.

_____. **Antropologia**: para que serve. Trad.: Beatriz Silveira Castro Filgueiras. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (coleção antropologia)

_____. **Antropologia**: para que serve? Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção Antropologia)

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de Negros em Área Rural e Urbana: algumas questões. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. In: **Textos E Debates**. Florianópolis, ano 1, nº 2, p. 39-46, 1991.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Anuário Antropológico/2002-2003**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

LOBÃO, Ronaldo. Múltiplos significados para um condicionante etnoambiental: a ressignificação do próprio estudo. In: **Revista Antropológica**, nº 37, p. 371-399, Niterói, 2. sem. 2014.

MAUSS, Marcell. Ensaio sobre a dádiva. Sociologia e Antropologia. São Paulo. Cosac Naif 2003. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf Acesso em 20 dez. 2022

MCCALLUM, Cecília. ALTERIDADE E SOCIABILIDADE KAXINAUÁ: perspectivas de uma antropologia da vida diária. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, 13 (38), Out 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CnWr4mfsqbNqFY5tJ47yRch/?lang=pt> Acesso em 10 dez de 2022.

MOTA, Ailton; PONTES, Carla; TAVARES, Érica, CARVALHO, Leonardo de; TOTTI, Maria Eugênia. Impactos Socioeconômicos e espaciais da instalação do polo petroquímico em Macaé, RJ. In: PIQUET, Rosélia. SERRA, Rodrigo. In: **Petróleo e Região no Brasil: O desafio da abundância**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Comunidade Remanescente de Quilombo de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos”. In: **Lume Repositório Digital da UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10253>. Acesso: 20 set. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, Maria das Graças Santos. **O eucalipto no município de Alagoinhas - BA: influência na qualidade de vida da população do entorno florestal e no meio ambiente**. Governador Mangabeira, 2021. Disponível em: <http://famamportal.com.br:8082/jspui/bitstream/123456789/2574/1/Maria%20das%20Gra%20C3%A7as%20Santos%20Oliveira.pdf> visto em 22 dez. 2022

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. In: **Revista de Antropologia**, v. 39, nº 1 (1996), p. 13-37.

PASCHOALIN, Raphael Pereira; JESUS, Luana; PASCHOALIN, Nathália; CARVALHO, Túlio Coelho; SILVA, Cassiano Augusto; NETO, Miguel Moisés. **Lesão renal aguda como complicação da ingestão excessiva de suco do fruto biri biri (Averrhoa bilimbi)**. Relato de Caso, J Bras Nefrol 36 (4). Out-Dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbn/a/NWFXkkkmfYhNHcZ5F6gDxBF/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 15 nov. 2022

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Núcleo de Antropologia Urbana da USP. 2014. Disponível em: <https://www.n-a-u.org/pontourbe02/peirano.html> Acesso em: 25 dez. 2022.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. (orgs.) **A Pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - **Censo Socioeconômico Rural de Alagoinhas**. <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/censo-socioeconomico-rural-de-alagoinhas-comeca-na-quinta-feira-13-em-cangula/#:~:text=Uma%20vez%20conclu%C3%ADa%20a%20pesquisa,64%20Comunidades%20Rurais%20de%20Alagoinhas>. Publicado em 11 DE JANEIRO 2022.

_____. “Prefeitura reinaugura mais uma escola da zona rural completamente requalificada”. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/prefeitura-reinaugura-mais-uma-escola-da-zona-rural-completamente-requalificada/> Acesso em 20 out. 2022. Publicada em 28 DE OUTUBRO DE 2021.

SAMPAIO, Rebeca. 2018. **Linguagem, Cognição e Cultura: A Hipótese de Sapir-Whorf**. Caderno do Instituto de Letras, nº 56.

SANTOS, Flavio Luis Assiz dos. **Antropologia e Estado: uma etnografia dos processos de reconhecimento territorial quilombola na Bahia (2003-2018)**. Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30800> Acessado em 25 de jun. de 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. 2006. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix. [Primeira Parte: Princípios Gerais]

SHAH, Alpa. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. In: **Revista de Antropologia da UFSCar**, 12 (1), jan./jun. 2020

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação* nº 9, 1986 106 p.

STOLLER, Paul. 2022 [1989]. “A reconstrução da etnografia”. In: Stoller, Paul. In: **O gosto das coisas etnográficas**. Os sentidos na antropologia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, p. 193-216.